

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Everton Luis Bicca Noguez

**GÊNESE E TRANSFORMAÇÕES DO BAIRRO CIDADE NOVA
NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

Dissertação de Mestrado

Rio Grande, 2015

EVERTON LUIS BICCA NOGUEZ

**GÊNESE E TRANSFORMAÇÕES DO BAIRRO CIDADE NOVA
NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Rio Grande, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. César Augusto Ávila Martins.

Rio Grande, 2015

EVERTON LUIS BICCA NOGUEZ

**GÊNESE E TRANSFORMAÇÕES DO BAIRRO CIDADE NOVA
NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS**

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Dr. César Augusto Ávila Martins
ICHI/FURG

Membros:

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura
IG/UFRGS

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins
ICHI/FURG

Suplente:

Prof.^a Dr.^a Leda Velloso Buonfiglio
PNPD/PPGEO/FURG

Rio Grande, 2015.

DEDICATÓRIA

As mulheres da minha vida:

- Valda Maria Bicca Noguez (mãe)
- Silvia Lemos Noguez (esposa)
- Amanda Noguez Borges (filha)

Além de amor e compreensão, são responsáveis pelos homens da minha vida:

- Mario Landir Noguez , o “Leleco” (pai - de saudosa memória)
- Mario Landir Noguez Neto (filho)
- Pietro Noguez Borges (neto)

Dedico esse trabalho a todos vocês e em especial a minha princesa:

- Lívia Noguez Borges (neta).

Amo vocês.

Obrigado por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a toda minha família, em especial: a minha esposa Silvia; meus filhos Mario Neto e Amanda; minha mãe Valda e meu falecido e saudoso pai LELECO; minhas irmãs Adriana e Andréa; meus tios Regina e Darci Saraiva, meu primo Dr. Luiz Carlos Vieira Bicca, meu padrinho Walmir Bicca, pelo incentivo que recebi para continuar me dedicando à vida acadêmica, mesmo nos momentos mais complicados da minha vida. Por todos os auxílios, desde os financeiros, recomendações e conselhos, até as pequenas coisas que vocês fizeram, me ajudaram a alcançar o objetivo, eu agradeço profundamente.

Ao Professor Dr. César Augusto Ávila Martins, orientador e responsável pelo meu crescimento e amadurecimento como pesquisador durante a realização deste trabalho, com sua paciência, me guiando pelo tema com extrema competência.

Finalmente, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande pelo ensino gratuito e de qualidade, de forma geral a todas as pessoas que compõe o Programa de Pós Graduação em Geografia e a CAPES pela bolsa de estudos, sem os quais essa dissertação dificilmente poderia ter sido realizada e a todos mais que eu não tenha citado nesta lista de agradecimentos, mas que de uma forma ou de outra contribuíram não apenas para a minha dissertação, mas também para ser quem eu sou.

Durante esses dois anos e meio só tenho a agradecer a todos que passaram pelo meu caminho e que com certeza deixaram um pouco de si. Os momentos de alegria serviram como fonte de energia para seguir em frente, permitindo acreditar na vitória, e os de sofrimentos serviu para um crescimento pessoal, mostrando que sou capaz de superar as adversidades. É muito difícil transformar sentimentos em palavras, mas serei eternamente grato a todos vocês, pessoas imprescindíveis para a realização e conclusão deste trabalho.

RESUMO

Os processos de transformações ocorridos no município do Rio Grande a partir da metade do século XIX resultaram inúmeras modificações no seu espaço urbano. Entre as consequências dessa dinâmica está à ampliação dos limites urbanos, a inauguração de fábricas e indústrias e o surgimento do primeiro bairro municipal, o Cidade Nova. Nesta pesquisa faz-se a análise das transformações territoriais e sociais desse espaço, da sua gênese (século XIX) até as primeiras décadas do século XXI, relacionando as modificações das moradias ao longo do tempo, com o surgimento e atuação de agentes na sua configuração e desenvolvimento.

RESUMEN

Los procesos de transformación que tienen lugar en Río Grande desde mediados del siglo XIX llevaron a numerosos cambios en su espacio urbano. Entre las consecuencias de esta dinámica esta la expansión de los límites urbanos, la apertura de fábricas e industrias y la aparición del primer distrito municipal, la Ciudad Nueva. En esta investigación se hace un análisis de las transformaciones territoriales y sociales de este espacio, su génesis (siglo XIX) hasta las primeras décadas del siglo XXI, en relación a los cambios de las viviendas a través del tiempo, con el surgimiento y actuación de agentes en su configuración y desarrollo.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE QUADROS.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	15
CAPITULO 1: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESPAÇO URBANO E BAIRRO	21
1.1. <i>ESPAÇO URBANO: PRODUÇÃO E URBANIZAÇÃO</i>	<i>22</i>
1.2. <i>BAIRRO: DEFINIÇÕES E ESTUDOS.....</i>	<i>29</i>
CAPITULO 2: CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E DO BAIRRO CIDADE NOVA	37
2.1. <i>BREVE HISTÓRICO DO CRESCIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE</i>	<i>38</i>
2.2. <i>BAIRRO CIDADE NOVA: DA GÊNESE AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI.....</i>	<i>43</i>
CAPITULO 3: DO PRESENTE AO PASSADO, DOS CORTIÇOS AOS EDIFÍCIOS. AS TRANSFORMAÇÕES DAS FORMAS, FUNÇÕES E ESTRUTURAS NO BAIRRO CIDADE NOVA.	59
3.1. <i>BAIRRO CIDADE NOVA: DESCRIÇÃO DO ESPAÇO URBANO ATUAL.....</i>	<i>59</i>
3.2. <i>OS AGENTES SOCIAIS E AS TRANSFORMAÇÕES DAS MORADIAS NO BAIRRO CIDADE NOVA DA SUA GÊNESE ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XXI.....</i>	<i>67</i>
3.2.1. <i>Os cortiços e os becos.....</i>	<i>69</i>
3.2.2. <i>As vilas e as casas em fita.....</i>	<i>75</i>
3.2.3. <i>As construções verticais</i>	<i>77</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	86
FONTES DOCUMENTAIS	90
SÍTIOS	91

LISTA DE SIGLAS

AEVF - Associação dos Empregados da Viação Férrea.

BNH - Banco Nacional da Habitação.

CBD - Central Business District (Distrito Comercial Central).

COHAB - Companhia de Habitação, moradia financiada pelo Estado através dos bancos estatais.

CRE - Coordenadoria Regional de Educação.

DEPREC - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.

E.M.E.F. - Escola Municipal de Ensino Fundamental.

FIERGS - Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul

HABICOP - Cooperativa habitacional dos operários de Rio Grande Ltda.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanos.

SFH - Sistema Financeiro de Habitação.

SFI – Sistema Financeiro Imobiliário.

SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

USP - Universidade de São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta geral da cidade do Rio Grande, 1904	17
Figura 2: Bairro Cidade Nova – Rio Grande/RS.....	17
Figura 3: Brasão da cidade do Rio Grande	33
Figura 4: Vila Magalhães, rua General Abreu entre as ruas: Dom Pedro I e República, bairro Cidade Nova.....	34
Figura 5: Município do Rio Grande: localização no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul.....	37
Figura 6: Cidade do Rio Grande em 1869.....	38
Figura 7: Frigorífico Swift (1942), estava localizado numa área de 27 hectares no Porto Novo de Rio Grande.	39
Figura 8: Caixa d’água da Companhia Hidraulica Rio-Grandense, construído em 1879.	46
Figura 9: Construção da Fábrica Rheingantz, segunda metade do século XIX, localizada na atual Avenida Rheingantz.....	47
Figura 10: Mapa da cidade do Rio Grande em 1904.....	47
Figura 11: Bairro Cidade Nova. Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.	48
Figura 12: Estação Ferroviária do Rio Grande (início do século XX), inaugurada em 1884, localizada na atual Avenida Buarque de Macedo.....	50
Figura 13: Antiga Cervejaria Anselmi & Schimitt, localizada na Boulevard 14 de julho (atual Av. Portugal, 126).....	52
Figura 14: Canaleta da Major Carlos Pinto, antes da reforma (1930)	55
Figura 15: Antiga Indústria e Comércio Figueiredo S.A, Avenida Portugal, 338	56
Figura 16: Condomínio Miguel Couto, primeiro empreendimento do bairro Cidade Nova, construído na década de 1970.....	58
Figura 17: Canaleta da rua Major Carlos Pinto e rua XV de Novembro, em 2015	61
Figura 18: Área onde estavam localizados o antigo Estádio Torquato Pontes do Futebol Clube Rio Grandense e Estádio das Oliveiras do Sport Club Rio Grande ...	63
Figura 19: Estádio Torquato Pontes do Futebol Clube Riograndense, década de 1980 e Estádio das Oliveiras do Sport Club Rio Grande, 1936.....	63
Figura 20: <i>Trailers</i> de lanches localizados no canteiro central da Avenida Buarque de Macedo.	64

Figura 21: Rua Cristóvão Colombo, entre Avenida Buarque de Macedo e rua General Abreu.....	65
Figura 22: Botecos de esquina no bairro Cidade Nova.....	66
Figura 23: Feira na rua Teixeira Junior, entre as ruas Visconde de Mauá e Avenida Portugal.....	66
Figura 24: Casas em fitas, Marechal Deodoro esquina Dom Bosco e Vila Ilza, rua Rio Branco, entre Colombo e Caramuru.....	68
Figura 25: Edifício localizado na rua João Manoel esquina Mal Deodoro e Edifício localizado na rua Rio Branco esquina Visconde do Rio Grande.....	69
Figura 26: “Beco” – Rua Teixeira Júnior, 225/235.....	72
Figura 27: Casas em Fita, rua Caramuru esquina Rio Branco, e rua João Manoel esquina Visc. Do Rio Grande.....	76
Figura 28: Vila Ondina, rua Visconde do Rio Grande e vila de casas na rua Buarque de Macedo.....	76
Figura 29: Quitinete localizado na rua Padre Feijó e quitinete na rua Rio Branco esquina República.....	81
Figura 30: Condomínio Solar Dona Valéria e Condomínio Neo Residencial.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução da população urbana no Brasil entre 1940 e 1991.	28
Quadro 2: Significados da palavra bairro em dicionários da língua portuguesa.....	30
Quadro 3: Significados da palavra bairro em dicionários técnicos	30
Quadro 4: Loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal do Rio Grande entre 1940 e 1970, relacionado aos bairros atuais.....	40
Quadro 5: População do município do Rio Grande no período entre 1940 e 1970. ...	41
Quadro 6: Loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal do Rio Grande a partir dos anos 70, relacionados aos bairros atuais do município.	42
Quadro 7: População total do município do Rio Grande, do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, no final do século XX e início do século XXI.	43
Quadro 8: Dados dos sepultamentos no cemitério Bom Fim, de 1842 a 1855.....	44
Quadro 9: Relação dos prédios urbanos do 3º distrito em 1910.	50
Quadro 10: Fábricas existentes em Rio Grande em 31 de março de 1918.....	52
Quadro 11: Número de empreendimentos verticais e apartamentos construídos até a década de 70 do século XX, e de 1970 até 1995.....	57
Quadro 12: Número de prédios por pavimento, distribuídos nas ruas do Bairro Cidade Nova no ano de 2014.....	60
Quadro 13: Construções e reconstruções de moradias na cidade velha e na Cidade Nova no período de 1913 a 1924.....	73
Quadro 14: Datas de cadastros de condomínios localizados em ruas do bairro Cidade Nova.....	79

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado tem sua origem na pesquisa de análise urbano-regional do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade Federal do Rio Grande, tendo como proposta analisar a gênese e as transformações do bairro Cidade Nova. O estudo sobre a formação e organização dos bairros no município do Rio Grande, realizado no trabalho de conclusão do curso (TCC) de Geografia Bacharelado, foi o marco inicial para o desenvolvimento da presente pesquisa. No TCC a abordagem foi do conjunto dos bairros municipais através de uma proposta de ordenamento.

Entre os recortes da área urbana do Rio Grande, reconhecida como bairro, está o “Cidade Nova”, localizado entre o centro histórico e o bairro Miguel de Castro Moreira, sua delimitação de ruas não é definida oficialmente, não existindo seu reconhecimento jurídico. O primeiro bairro após a linha das trincheiras teve sua origem no final do século XIX e ficava limitado pelas atuais ruas: Av. Buarque de Macedo, Av. Portugal, Av. Major Carlos Pinto e rua Quinze de Novembro.

Assim, a proposta possui três recortes delineados:

- (1) temático: o bairro como um dos momentos da produção social do espaço urbano;
- (2) espacial: o bairro Cidade Nova em Rio Grande;
- (3) temporal: da gênese do bairro (século XIX) até a primeira década do século XXI

No desenvolvimento de estudos sobre o espaço urbano é necessário considerar a sua dinâmica de produção e o crescimento através das transformações no processo de urbanização. Assim, para compreender as mudanças ocorridas no bairro Cidade Nova, na história do município do Rio Grande, é necessário conhecer os elementos que configuram a produção desse espaço e sua estruturação. Nessa linha, o presente trabalho propõe a discussão sobre a conceituação de bairro à luz da produção social do município. Deste modo busca-se compreender a gênese e as modificações que aconteceram e os seus desdobramentos, através de um enfoque teórico a partir de um diálogo que favoreça o entendimento da produção do espaço urbano e as suas relações com a organização e transformações das moradias no bairro, através da análise dos processos decorrentes da atuação de agentes na configuração e desenvolvimento do Cidade Nova.

A infância vivida a partir do final da década de setenta do século XX, primeiro na casa número três da Vila Magalhães, rua General Abreu (entre Dom Pedro I e

República) e depois na rua Dr. Augusto Duprat, próximo a Praça Saraiva, na porção central do bairro Cidade Nova, teve uma influência decisiva na escolha desse recorte para o estudo. A busca de respostas sobre a forma da organização espacial do bairro ao longo de sua história e a identificação dos elementos que influenciaram na sua gênese impulsionaram as leituras e pesquisas iniciais sobre o bairro Cidade Nova levando a novos questionamentos, entre eles:

- Como ocorreu o crescimento urbano e a produção do espaço no bairro Cidade Nova?
- Como caracterizar as diversas fases que passou o bairro durante sua história?
- Em Rio Grande, os bairros localizados na periferia são conhecidos como “vilas”. Como caracterizar o bairro Cidade Nova por sua posição?
- Como eram as primeiras habitações no bairro e como elas foram se transformando no decorrer do tempo?
- Quais foram os principais agentes sociais que atuaram na produção social do bairro?

Através de pesquisas teóricas e empíricas, buscou-se reconhecer aspectos histórico-geográfico do município do Rio Grande e do bairro Cidade Nova a fim de entender a realidade urbana em relação aos aspectos de produção desse espaço, apresentando os caminhos tomados para sua configuração, num processo de urbanização alavancado, sobretudo, por uma economia industrial e alicerçada nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais durante o tempo, com os seguintes objetivos:

- Compreender a formação e as transformações ocorridas no bairro durante as diversas fases de sua existência, que definiram sua forma atual. Para tanto desenvolver uma análise da estrutura urbana e das mudanças ocorridas da sua gênese (2ª metade do século XIX) até as primeiras décadas do século XXI.
- A ocupação e uso do solo identificando as características de habitação durante as fases históricas do bairro.
- Identificar e caracterizar os agentes modeladores do espaço urbano do bairro Cidade Nova.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo tem como título “Considerações sobre espaço urbano e bairro”. Sobre espaço urbano são apresentados considerações sobre produção e urbanização utilizando para isso: Santos (1982, 1985, 2008, 2009), Capel (1983), Corrêa (2011) e Ribeiro (1997). Com relação ao bairro serão apresentados estudos e conceitos sobre o tema, definições pesquisadas em dicionários da língua portuguesa e técnicos, tendo como interlocutor principal Souza (1989, 2010, 2013). A proposta foi de relacionar as variáveis estudadas com a dinâmica de formação e crescimento do bairro Cidade Nova.

No segundo capítulo “Caracterizações do município do Rio Grande e do bairro Cidade Nova” são apresentados aspectos históricos e geográficos do município do Rio Grande e do bairro Cidade Nova. Para isso foram utilizados autores como Martins (2006) e Pedrosa (2012), assim como fontes em documentos oficiais, tais como os relatórios da Prefeitura Municipal, plantas da cidade e outros materiais (como, por exemplo, jornais locais), além de pesquisas bibliográficas na busca de um conhecimento histórico-geográfico teórico. Dessa forma buscou-se delinear a dinâmica do bairro Cidade Nova de sua gênese até as primeiras décadas do século XXI, relacionando com fatos históricos acontecidos no processo de desenvolvimento do município.

O terceiro capítulo, “Do presente ao passado, dos cortiços aos edifícios. As transformações das formas, funções e estruturas no bairro Cidade Nova”, apresenta as modificações das formas, funções e estruturas das moradias nesse recorte, relacionando com os agentes modeladores que influenciaram nessa dinâmica através de um movimento que envolve o presente e o passado, confrontando as diferentes formas de construções que surgiram ao longo do tempo e as transformações do bairro, se utilizando das categorias de análise propostas por Santos (1985), dos conhecimentos empíricos e teóricos acumuladas durante o estudo, alicerçado nas observações e pesquisa de campo.

Nas considerações finais apresentaram-se as conclusões alcançadas no decorrer do trabalho, descrevendo as transformações das moradias, relacionando com os agentes sociais identificados no decorrer da pesquisa. Apesar do estudo fornecer uma análise parcial do bairro, as questões apontadas apresentam uma tendência para sua consolidação futura.

OS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Para analisar a gênese e as transformações do bairro Cidade Nova, no contexto da organização urbana no município do Rio Grande, buscou-se conhecer as dinâmicas sociais envolvendo as formas de moradias e os agentes atuantes nesta produção. Para esse fim, foram adotadas as categorias de Santos (1985), que sugere a análise do espaço geográfico através da forma, da função, da estrutura e do processo.

As mudanças assumidas no urbano, resultado de práticas sociais que agem sobre o espaço, não permite um estudo que contemple somente a forma urbana e sim o entendimento de sua funcionalidade e estrutura, segundo os mais variados condicionantes do seu processo de produção, considerando os fenômenos e seus agentes atuantes.

Conforme Santos (1985, p.49), o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação, que impõe sua própria realidade fazendo com que a sociedade não opere fora dele, portanto o estudo desse compreende sua relação com a sociedade e sempre que essa sofre uma mudança, às formas ou objetos geográficos assumem novas funções, surgindo então uma nova organização social.

Assim sendo torna-se relevante insistir no conceito de estrutura espaço-temporal em uma análise do espaço geográfico ou espaço concreto. A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos impostos ao espaço pela sociedade (SANTOS, 1985, p. 49).

Para Santos (1985) o espaço geográfico por ser uma totalidade, pode ser fragmentado mediante um método a fim de melhor estudar seus componentes. A categoria forma é o aspecto visível, referindo-se ao arranjo ordenado, associada à descrição de um fenômeno em um tempo e espaço determinados. Já a função, compreende a tarefa ou atividade designada socialmente a uma forma, pessoa, instituição ou coisas. À estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Por fim, o processo reflete a ação continuamente empregada em um espaço, decorrida no tempo (SANTOS, 1985, p. 50).

Conforme o autor, não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos ou com combinações de dois deles, somente o uso simultâneo das quatro categorias permite apreender a totalidade do movimento, e assim definir o espaço em relação à sociedade.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

Portanto, para que se entendam as transformações ocorridas na Cidade Nova é fundamental a compreensão de cada período histórico pelo qual passou o bairro, pois é o tempo (processo) que indica o movimento do passado ao presente.

A história é uma totalidade em movimento um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo momento. O movimento da sociedade é sempre compreensivo, global, totalizado, mas a mudança ocorre a diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura mudam constantemente, segundo a uma velocidade e direção própria – sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas as outras (SANTOS, 1985, p. 53).

O trabalho articula estas formulações com a área de estudo: o bairro Cidade Nova.

O bairro Cidade Nova nunca teve seus limites reconhecidos oficialmente pela municipalidade, sendo que o crescimento populacional, a especulação imobiliária e o aterramento das margens do Canal do Norte, tornou ainda mais confusa a sua delimitação. Martins (2006, p. 114-115) identifica a área destinada ao bairro:

O novo bairro surgia cercado por quatro grandes *boulevards*: o *boulevard* Buarque de Macedo ao sul e contíguo aos cemitérios e à Viação Férrea; ao norte o *boulevard* 14 de Julho, em cujas imediações se instalaram anos mais tarde, entre essa via e o Canal do Norte, indústrias de alimentos, principalmente empresas ligadas ao setor de pescado e enlatados; ao leste o *boulevard* 10 de Fevereiro, depois denominado Major Carlos Pinto – a antiga trincheira -, e a oeste, o *boulevard* 15 de Novembro (MARTINS, 2006, p. 114 - 115).

Identificou-se a Planta Geral da Cidade do Rio Grande de 1904 como documento que apresenta originalmente o bairro Cidade Nova (figura 1).



Figura 1: Planta geral da cidade do Rio Grande, 1904. Fonte: A. Biblioteca Rio-Grandense. Escala: 1:8000.

Dessa maneira, a área de investigação da presente pesquisa, compreende o traçado original e que hoje identificamos como: ao sul a Avenida Buarque de Macedo; ao norte a Avenida Portugal; a leste a Avenida Major Carlos Pinto; e oeste a rua 15 de Novembro (figura 2).

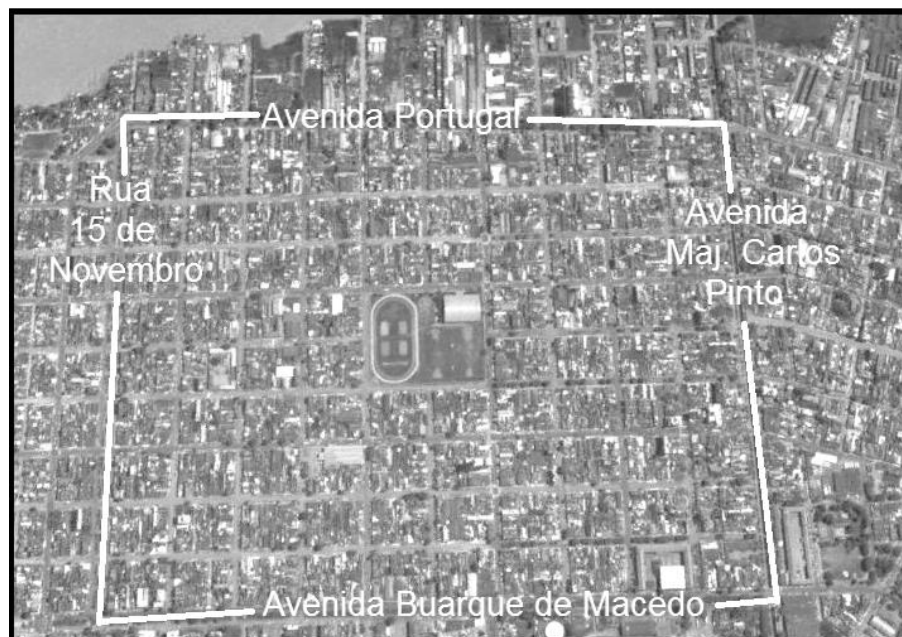


Figura 2: Bairro Cidade Nova – Rio Grande/RS. Fonte: Imagem do Google Earth.

Metodologicamente, Gianfaldoni e Moroz (2006) propõem que na busca pelo conhecimento científico, o pesquisador deve percorrer um caminho tendo como marco inicial a formulação de um problema, que segue com o planejamento (ou plano de pesquisa), a coleta de dados, a análise e a interpretação dos dados e a comunicação da pesquisa, assim:

Pode-se dizer, portanto, que a elaboração do conhecimento científico é um processo de busca de respostas: a pesquisa científica tem por objetivo elaborar explicações sobre a realidade, sendo possível tanto preencher lacunas num determinado sistema explicativo vigente num momento histórico (GIANFALDONI e MOROZ, 2006, p.16).

A metodologia percorrida no trabalho pressupõe uma sequência de atividades que permitiram alcançar os objetivos propostos, tendo como base dos procedimentos metodológicos a combinação de pesquisas empíricas e teóricas. Nessa linha, Gianfaldoni e Moroz (2006, p.18) afirmam que uma das formas de distinção entre as pesquisa empírica e pesquisa teórica é quanto ao tipo de dado utilizado, enquanto na empírica os dados são coletados por meio de relatos ou documentos, na pesquisa teórica são obtidas a partir da literatura produzida numa dada área do conhecimento.

O primeiro passo para o desenvolvimento da pesquisa foi a realização de um levantamento e revisão bibliográfica com a finalidade de desenvolver um embasamento teórico-metodológico. A atividade permitiu além de um envolvimento mais particular com o objeto de estudo, serviu como suporte às temáticas: espaço urbano e bairro, promovendo uma argumentação sobre o processo de urbanização. Em suma, o expediente teórico desenvolvido neste trabalho foi realizado mediante um levantamento bibliográfico sobre significados e estudo de bairro, dos agentes produtores do espaço urbano, estudos histórico-geográficos do bairro Cidade Nova e do município do Rio Grande e as tipologias de moradias.

Após definir o caminho teórico a ser seguido o passo seguinte foi a definição da estruturação da pesquisa, planejando a sequência a ser desenvolvida. Assim o trabalho foi dividido em três grandes grupos com suas metodologias próprias:

Em primeiro lugar a fundamentação teórica, com estudos teóricos para o desenvolvimento da pesquisa alicerçados nos conceitos de bairro reconhecido como produto social do espaço urbano e na identificação dos agentes produtores desse

espaço, utilizando para isso Capel (1983), Correia (2011), Santos (1982, 1985, 2008, 2009) e Souza (1989, 2010, 2013). A proposta foi o ponto de partida para as definições de algumas variáveis de investigações das dinâmicas do bairro Cidade Nova, ou seja, de acordo com a estrutura fundamental estabelecida entre as categorias de análise do espaço geográfico, buscou-se um conhecimento mais plural do espaço produzido.

O estudo histórico-geográfico foi o segundo agrupamento metodológico. No curso da pesquisa foram identificados trabalhos acadêmicos sobre o bairro Cidade Nova e o município do Rio Grande, que estimularam o desenvolvimento dos estudos para contribuir e avançar no conhecimento até aqui produzido. Dessa forma, buscou-se reconhecer os aspectos históricos e geográficos do município do Rio Grande e do bairro Cidade Nova, que remontam os principais condicionantes da produção deste espaço urbano, através de Martins (2006), Pedroso (2012) e Salvatóri (1989), assim como fontes em documentos oficiais, tais como os relatórios da Prefeitura Municipal, plantas da cidade e outros materiais (como, por exemplo, jornais locais), além de pesquisas bibliográficas na busca de um conhecimento histórico e geográfico.

O conjunto metodológico é completado por observações e pesquisas de campo que teve como proposta a identificação *in loco* junto aos residentes através de uma abordagem aleatória de “olhar fotográfico” sobre o espaço/objeto. O trabalho proporcionou reconhecer os contornos iniciais da configuração espacial do bairro Cidade Nova bem como caracterizar as formas de moradias e identificar os agentes sociais que atuaram em suas produções. As pesquisas de campo junto aos órgãos como Prefeitura Municipal do Rio Grande, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Bibliotheca Rio-Grandense e Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), proporcionou a realização de levantamento de dados estatísticos do crescimento populacional e análise das intervenções urbanas no bairro.

Em relação às informações de moradores do bairro, a técnica utilizada foi a de depoimentos orais. Segundo Venturi (2011, p. 461) trata-se de uma técnica muito útil para estudos que focam processos de transformação do espaço e da paisagem e que pode ser resgatadas por uma pessoa que tenha “alguma história para contar”, relativo ao tema estudado.

“O depoimento oral é uma fala autêntica, um relato de vida, sem roteiro nem script preestabelecido, apenas abrigado em um tema amplo, repleto de informações e, sobretudo, de subjetividades, como opiniões, características culturais, crenças, emoções” (VENTURI, 2011, p. 461).

Durante os trabalhos de campo foram identificadas pessoas que testemunharam o crescimento do Bairro Cidade Nova em diferentes momentos. Com elas foram realizadas várias entrevistas, que de modo geral serviram de importantes fontes de informação para conhecimento da realidade vivida. Para os propósitos do trabalho foram selecionados trechos da conversa/entrevista do Sr. João Batista Schmitt Filho, 82 anos, que foi morar no bairro Cidade Nova na década de 1930, quando seu pai comprou um terreno na atual rua Dr. Augusto Duprat e abriu uma tipografia, onde trabalha até os dias atuais.

A liberdade para os entrevistados dissertar sobre sua vida, conduzindo o desencadeamento da história conforme sua vontade e o delineamento do assunto com perguntas amplas numa sequência cronológica dos fatos proporcionaram através de suas memórias, compreender como o passado chega até o presente, utilizando como complementação do trabalho, jornais, revistas, fotografias, como evidências reveladoras da historicidade pessoal.

CAPITULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESPAÇO URBANO E BAIRRO

O desenvolvimento das cidades causou grandes transformações sociais e urbanas marcadas pela higienização, construção de grandes *boulevards*, sistemas de engenharia como pontes, viadutos e artefatos para produzir e distribuir energia. A forma das cidades foi sendo transformada e produzida no processo de modernização da sociedade. Assim aconteceu no município do Rio Grande, mais especificamente com o bairro Cidade Nova.

A partir da metade do século XIX e início do século XX, o município do Rio Grande foi marcado por um período de grandes transformações sócio espaciais, caracterizado como um espaço onde proliferavam as epidemias. Nesse contexto a necessidade de ordenamento passava pela retirada da área central da cidade daquilo que era considerada gerador de problemas para a saúde pública, como fábricas, curtumes, salgas de pescado, lixo e depósitos fecais, bem como a população de baixa renda. Os limites da área central eram marcados pelas trincheiras, os muros que protegiam e ao mesmo tempo limitavam a expansão urbana, rompido definitivamente com o surgimento da Cidade Nova.

Entre as décadas de 1820 e 1870 a cidade teve os seus limites delimitados pelas trincheiras. Estas se convertiam numa linha de segurança contendo em seu interior o medo enquanto parte do cotidiano do século 19. O crescimento urbano no ritmo da expansão capitalista rompeu os limites da cidade antiga (TORRES, 2006, p. 82).

Após várias solicitações da Câmara do Rio Grande, o Governo Imperial autorizou a posse dos terrenos devolutos além das trincheiras, bem como a demolição da mesma, como mostra o relatório da Câmara Municipal do Rio Grande, em 05 de fevereiro de 1879.

Terrenos extra-muros:

O Governo Imperial não se demorou em atender ao pedido da Camara e achar-se ella já de posse dos referidos terrenos que se de grande utilidade, e servirão também como grande fonte de renda pelo fôro que perceberá a Camara. É intenção desta Camara aforar grande parte desses terrenos logo que chegue a resposta da consulta que acerca do quantum que se deverá perceber de fôro, foi feita ao Governo, pela rasão de ter este determinado que o referido fôro fosse arbitrado pelo diretor geral das terras, quando á ella, pelas leis que a regem, cabe-lhe essa atribuição.

Trincheiras:

Depois de ter esta Camara obtido o titulo dos terrenos que ficam além das trincheiras, vio que estas serviam d' embaraço a continuidade da cidade para aquelle lado, e assim, pedio ao Governo Imperial a demolição d'ellas [...]. O nosso patriótico Governo mais uma vez não se fez esperar ordenando. Imediatamente a demolição d'ellas, cujo serviço já esta sendo effectuado". (Relatório da Camara Municipal do Rio Grande, 1879-1887, p.3).

A partir daí, começa a ocupação do novo bairro. Um espaço tomado pela sociedade, primeiro adaptando-se a ele e posteriormente transformando-o completamente, resultando, então, num espaço produzido pela ação humana. Assim, no desenvolvimento dos estudos sobre o bairro Cidade Nova faz-se necessário considerar a sua dinâmica de produção e crescimento através das transformações no processo de urbanização, identificando as diferentes fases pelas quais passou o bairro para compreender os elementos que o configuram, assim como os agentes que atuaram em sua modelação e estruturação. Dessa forma a proposta de estudos teóricos necessários para o desenvolvimento do trabalho, está alicerçada no espaço urbano e no bairro.

1.1. Espaço Urbano: produção e urbanização

A partir do final do século XX o espaço urbano passou a sofrer uma série de transformações decorrentes da intensificação da globalização e da reestruturação produtiva dela decorrente. O acirramento da competitividade tem determinado várias mudanças no cenário econômico com fortes rebatimentos na organização das cidades. Dessa forma ao analisar o espaço geográfico, deve-se levar em conta sua produção, as relações sociais e as interferências dos agentes na sua modelação.

A busca pelo entendimento das transformações e organização urbanas envolvem questões referentes ao espaço urbano e à sua produção, atuantes nas dinâmicas socioeconômicas da urbanização que repercutem na cidade e, por conseguinte, no espaço urbano que se apresenta: fragmentado, articulado e caracterizado por diferentes formas de uso da terra, é uma forma espacial produto de diferentes dinâmicas urbanas que as redefinem, assim como, também influenciam na dinâmica social contemporânea.

Os elementos que configuram e estruturam o espaço urbano possibilitam a análise da concentração de pessoas e atividades neste recorte. Dessa forma na produção capitalista, verifica-se que a dinâmica de acumulação do capital, envolve

além de sua necessidade de reprodução os próprios conflitos de classes, assim suas relações urbanas se apresentam como um produto social e materializado na própria sociedade, ou seja, um espaço geográfico como produto, condição e meio para todas as atividades humanas nas suas dimensões históricas e sociais.

Para Santos (2008) o trabalho produz o espaço geográfico onde se materializa. Portanto, verifica-se a apropriação da natureza pela sociedade, sendo que é por essa relação que se pode falar em produção social do espaço, ou seja, resultado de uma relação dos homens entre si e com a natureza, um produto da divisão social do trabalho num determinado momento, assim:

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir o espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio. O homem começa a produzir quando, pela primeira vez, trabalha junto com outros homens em um regime de cooperação, isto é, em sociedade, [...] (SANTOS, 2008, p. 202).

Através da produção, o homem modifica a Natureza Primeira (a bruta, natural), criando a Natureza Segunda (transformada). As maneiras de produzir mudam, assim como as relações entre o homem e a natureza, e a distribuição dos objetos criados pelo homem. Dessa forma, quando o tempo social muda, o espaço muda igualmente impondo uma nova organização, assim novas atividades resultam em nova arrumação dos objetos geográficos, ou seja, uma organização diferente daquela que existia (SANTOS, 2008, p. 203-205).

Ao analisar as relações do espaço com a sociedade verifica-se que ambos são dinâmicos e que a sociedade produz seu espaço no decorrer do tempo, que sofre transformações permanentes e de forma desigual. Assim se apresenta a evolução do espaço urbano, materializado no processo de mutação das cidades, à medida que essa se desenvolve através das relações capitalistas da produção, que proporcionou um aumento das atividades gerando um intenso processo de urbanização.

A análise do bairro Cidade Nova permite relacionar alguns dos conceitos apresentados. Até a metade do século XIX, Rio Grande ficava guardado pelas trincheiras, barreiras que separavam a cidade das dunas naturais. É nesse recorte que surge o novo bairro, materializado pela transformação da natureza que vai se

moldando conforme as necessidades da sociedade mostrando um dinamismo nos movimentos. Portanto verifica-se que o bairro é um espaço em constante metamorfose que se impõe ao longo do tempo em ritmos variados, fruto das relações capitalista de produção, produzindo formas.

No desenvolvimento da pesquisa, a produção do espaço é entendida como transformações do trabalho humano, dominadas e apropriada por agentes que interferem na dinâmica espacial com necessidades cada vez maior de reprodução das relações de produção. Assim se apresenta a Cidade Nova, um bairro planejado pela municipalidade, que determinou as regras de ocupação e interferiu diretamente na sua estruturação, gerando condições na atuação e reprodução dos agentes que modelaram o espaço urbano. Identificar e caracterizar esses agentes são um dos objetivos desta pesquisa.

Ao relacionar a produção do espaço urbano e as formas de moradias verifica-se a intervenção de diferentes agentes com interesses opostos, refletindo equilíbrio e tensões na sociedade que surgem a partir da forma de planejamento e ações da iniciativa públicas e privadas. Para Capel (1983, p. 85) em uma sociedade capitalista, a cidade e o espaço em geral são modelados de acordo com os interesses, às vezes contraditórios, por diferentes agentes:

En esencia estos agentes son: los propietarios de los médios de producción; los propietarios del suelo; los promotores inmobiliários y las empresas de la construcción; y, por último, los organismos públicos, agentes y árbitros a la vez en el proceso de producción del espacio urbano – agentes em cuanto que realizan operaciones concretas que contribuyen a modelar la ciudad, y árbitros en cuanto que intervienen en los conflictos surgidos entre los otros agentes contribuyendo a superar sus contradicciones (CAPEL, 1983, p. 85).

Todos eles participam ou participaram do processo de construção e constituição do bairro Cidade Nova e são responsáveis pela dinâmica do espaço urbano já que cada um atua conforme seu papel na sociedade, nessa perspectiva o solo (de onde resultaram os lotes ocupados pelas habitações, fábricas, edifícios comerciais) se apresenta como o primeiro elemento de disputa entre os agentes.

No bairro Cidade Nova, o Poder Público Municipal está presente em todas as fases históricas. Durante a gênese e sua ocupação atuou na regulação de aquisição dos terrenos pelos proprietários de terra e dos meios de produção. No período de desenvolvimento do bairro, principalmente a partir da década de cinquenta do século

XX, o Poder Público, em conjunto com empreendedores locais e externos são os responsáveis pelo crescimento horizontal e vertical, atuando na valorização desse recorte. Portanto verifica-se uma importante participação do Estado, mas que não atua só, conforme Corrêa (2011, p. 43):

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

Conforme o autor os agentes sociais estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista, sendo a partir de suas ações que o espaço é produzido, impregnado de materialidades, como é o caso dos bairros (CORRÊA, 2011, pp.43-44).

A partir da ocupação do bairro Cidade Nova verifica-se a intensa atuação dos proprietários dos meios de produção, com as instalações fabris que acontecem no entorno do bairro, proporcionando o investimento na produção de imóveis e de infraestrutura. Segundo Capel (1983, p. 92) a localização dos meios de produção é fundamental na organização e evolução da rede urbana, nessa linha verifica-se que a estratégia da indústria é de evitar a especulação do solo, pois necessita dele barato para aumentar suas instalações futuras, entrando em conflito com os proprietários do solo que ao contrario querem sua valorização.

Conforme Capel (1983, p. 107), a estratégia dos pequenos proprietários do solo ao ocupar os terrenos próximos às áreas urbanizadas é de buscar o aumento do seu valor através da especulação, o que se apresenta como importante no processo de produção e reprodução do capital, além de uma forte relação com outros agentes produtores do espaço, principalmente o Estado.

Na disputa pelo solo urbano na Cidade Nova se destaca a participação dos promotores imobiliários que se apresentam com poder e capacidade financeira de influenciar em todo o processo. Os promotores adquirem o solo pertencente aos proprietários de terras produzindo o espaço urbano para a população de classe média e alta, dessa forma contribuindo para a ocupação diferenciada no bairro. Ribeiro (1997) trata os promotores como incorporadores:

Podemos, pois concluir que o incorporador é o agente que, comprando o terreno e detendo o financiamento para a construção e comercialização, decide o processo de produção, no que diz respeito as características arquitetônicas, econômico-financeiras e locacionais (RIBEIRO, 1997, p. 94).

Ribeiro (1997, pp. 97-99) destaca a articulação do incorporador com o proprietário fundiário e o construtor, que se dá a partir de sua definição como um agente suporte do capital comercial necessário a produção e circulação da moradia, dirigindo o processo de produção, assim a partir da compra do terreno transforma o uso do solo, decidindo a operação imobiliária e contratando a construtora para produzir as moradias. A lei nº. 4591 de 16 de dezembro de 1964, artigo 29 define o incorporador:

Considera-se incorporador a pessoa física ou jurídica, comerciante ou não, que embora não efetuando a construção, compromisse ou efetive a venda de frações ideais de terreno objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, em edificações a serem construídas ou em construção sob regime condominial, ou que meramente aceite propostas para efetivação de tais transações, coordenando e levando a têrmo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega, a certo prazo, preço e determinadas condições, das obras concluídas.

Portanto é o incorporador que coordena o processo produtivo se configurando como grande negociante dentro do mercado imobiliário atuando em conjunto com o mercado de capitais, bancos e Estado para obtenção de financiamentos para circular e realizar seu capital.

Na história do bairro Cidade Nova podemos localizar cada um desses agentes que vão se moldando ao contexto social durante as transformações do espaço. O propósito da pesquisa é de localizar os agentes sociais, relacionando-os com a produção das moradias ao longo do tempo, que vão se modificando e se adaptando a dinâmica urbana.

A urbanização está vinculada ao processo de industrialização. A criação de uma indústria, fábrica ou empresa, principalmente de grande porte tende a atrair um alto número de pessoas, gerando empregos diretos e indiretos, criando aglomerações no seu entorno com novos imóveis e prestadores de serviços. Assim, a cidade vai se modificando, se moldando, para atender as necessidades econômicas, políticas ou sociais dos homens.

Por um lado, há a hipótese de que a urbanização é necessária para o processo do crescimento nacional pelas economias de aglomeração e

escala que cria, pelas oportunidades de emprego e melhoramento de posição social que oferece e, finalmente, por seu clima favorável à elaboração de ideologias progressistas. Por outro lado, porém, acusa-se a urbanização de agravar desequilíbrios sócio-econômicos e disparidades regionais, de gerar subemprego, degradação da habitação e definição de serviços essenciais. As pessoas reagem como se a origem, tanto das boas coisas como das más, fosse a cidade e, por conseqüência, devesse esta elaborar suas respostas em seu próprio interior (SANTOS, 1982, p. 181).

Concluindo sobre o problema da urbanização, Santos (1982) apresenta duas saídas essenciais para sua solução, afirma que sem elas corre-se o risco de falsificar tanto a análise como as soluções, são elas:

[...] em todos os níveis e sob todas as suas formas, não se pode reduzir apenas ao estudo da cidade, nem dos sistemas de cidades examinadas de maneira isolada, nem do fenômeno da urbanização isolada de seu contexto; do mesmo modo a solução não pode ser encontrada ao nível dos planejadores administrativos ou das comunidades locais, já que os problemas da urbanização, no presente e no futuro, estão em estreita dependência das forças econômicas internacionais e das decisões do estado (SANTOS, 1982, p. 186).

De forma geral o espaço urbano possui características diferentes com relação ao uso e ocupação do solo apresentando uma desigualdade quanto à ocupação. Assim ao analisar os bairros de uma cidade verifica-se que alguns são ocupados por população de maior renda enquanto outros localizados em áreas desinteressantes ao capital são destinados a trabalhadores e tudo aquilo que pode prejudicar a vida social da cidade. Isso é resultado de processos históricos cuja origem remete aos próprios processos de modernização e urbanização brasileiros. As reformas urbanas ocorridas no final do século XIX e início do século XX, deixaram como legado transformações nas cidades, caracterizado pela realização de grandes obras, abertura de vias amplas, retirada de cortiços das áreas centrais, expulsão dos pobres, embelezamento da cidade, entre outros.

No Brasil, a gênese da organização territorial esta ligada ao campo, resultando numa forte predominância do rural sobre o urbano. A exploração de grandes regiões do país vão aos poucos dando o contorno de um modelo de urbanização rural. Conforme Santos (2009) o Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste comandaram a primeira rede urbana das Américas.

O Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização e, de Salvador pode-se, mesmo, dizer que comandou a primeira rede urbana das

Américas, formada junto com a capital baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centro de culturas comerciais promissoras no estuário dos rios do Recôncavo.

No dizer de Oliveira Vianna (1956, p. 55), "(...) O urbanismo é condição moderníssima de nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores... O dinamismo da nossa história no período colonial vem do campo. Do campo as bases em que se sustenta a estabilidade administrativa de nossas cidades no período imperial" (SANTOS, 2009, pág. 19).

Durante o século XVIII a urbanização se desenvolveu com uma dinâmica própria, os núcleos urbanos cresceram e modificaram suas formas, segundo Azevedo (1970) a conquista e o povoamento de grande parte do Planalto Brasileiro e da Amazônia libertaram as cidades da orla do atlântico,

Ao terminar o século XVIII, a Região Norte possuía 20 vilas e uma cidade, o Nordeste 37 vilas e 4 cidades, o Leste 68 vilas e 4 cidades, o Sul 39 vilas e uma cidade, e o Centro Oeste 5 vilas. A Bahia passou a contar com 27 novas vilas e Minas Gerais (que ao iniciar-se o século não possuía nenhuma) veio a ter 14, além da cidade de Mariana (AZEVEDO, 1970, p.223).

No século XIX verificou-se uma grande aceleração da urbanização no país, nos primeiros 22 anos foram criados 46 novos aglomerados urbanos, sendo duas cidades e 44 vilas. No final do período colonial os aglomerados urbanos contavam com 12 cidades e 213 vilas. Sobre as dez cidades com maior número de habitantes verifica-se um aumento populacional progressivo. Em 1872 eram de 805.729, em 1890 de 1.121.452 e em 1900 de 1.622.395. Entre 1872 e 1890 ocorreu um aumento de 39,2% e entre 1890 e 1900 de 44,7%. Assim, nos últimos 28 anos do século XIX, as dez principais cidades dos país mais que dobraram número de habitantes (AZEVEDO, 1970, p.223-225). Portanto é no final do século XIX que se observa uma grande aceleração da urbanização no país, que em 1872 eram 5,9% (900 mil) de urbanos e 1900 já somavam 9,4% (1,2 milhões), ou seja, um crescimento de 40% em quinze anos (SANTOS, 2009, p. 24-25).

Ano	População Total	População urbana	Índice de urbanização
1940	41.326.000	10.891.000	26,85
1950	51.994.000	18.783.000	36,16
1960	70.191.000	31.956.000	45,52
1970	93.139.000	52.905.000	56,80
1980	119.099.000	82.013.000	68,86
1991	150.400.00	115.700.000	77,13

Fonte: Santos (2009, p. 32). Quadro adaptado pelo autor.

A segunda metade do século XX se caracteriza por uma inversão no número de habitantes urbano e rural, assim a taxa de urbanização que em 1940 era de 26,85%, em 1980 alcançou 68,86% (quadro 1). Para Santos (2009, p.33) é entre o período de 1970 a 1980 que o crescimento numérico da população urbana supera o da população total. Isso significa que o processo de urbanização no Brasil conhece uma aceleração que vai se consolidar na década de 1980. Desse modo, o forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que estava associado a um intenso crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, elementos estes mantidos por melhorias: sanitárias e dos padrões de vida. Inclui-se na aceleração do processo de urbanização brasileira a expansão e concentração do capitalismo mundial, desencadeados nos países subdesenvolvidos através da industrialização.

Em pouco mais de uma geração a partir dos meados deste século, o Brasil, um país predominantemente agrário, transformou-se em um país virtualmente urbanizado. Em 1950, tinha uma população de 33 milhões de camponeses – em crescimento -, com 19 milhões de habitantes nas cidades, ao passo que hoje tem a mesma população no ‘campo’ - agora diminuindo - e a população urbana sextuplicou para mais de 120 milhões. É claro que transformações quantitativas de tal magnitude implicam transformações qualitativas profundas. O país, se não está inteiramente ‘urbanizado’, tem seguramente caráter preponderantemente urbano (DEÁK & SHIFFER, 2004, p. 11-12).

1.2. Bairro: definições e estudos

Os bairros, de forma geral, se caracterizam por apresentarem diferentes realidades ao longo dos diversos momentos de sua história e da cidade na qual esta inserida, sendo que a sua compreensão possibilita a identificação de diferentes níveis de realidade. Assim o estudo sobre o bairro Cidade Nova, passa pela compreensão das transformações que aconteceram e acontecem no município do Rio Grande, bem como sua configuração entendida a partir da história do bairro e da cidade.

Em uma pesquisa bibliográfica sobre o conceito de bairro observa-se a dificuldade que encontram pesquisadores de diferentes formações como geógrafos, sociólogos, filósofos ou arquitetos, na sua definição, principalmente pelas diversas publicações sobre o tema, produzindo as mais variadas interpretações. O volume de publicações pode ser identificado com a chamada “bairro”, como assunto entre os

resumos de teses de doutorado no banco de teses da Capes: o resultado são 905 teses entre 1987 e 2002¹. No banco de teses da Universidade de São Paulo (USP) são 111 trabalhos com a chamada “bairro” no título².

Na construção de um suporte teórico para embasamento da presente pesquisa, Souza (1989, 2010, 2013), foi fundamental para as reflexões desenvolvidas sobre o conceito de bairro. Nessa linha, Souza (1989, p. 141-142) relata que apesar de explorado como recorte espacial, o bairro padece de maiores discussões teórica na Geografia onde o estudo tem sido tradicionalmente superficial.

São várias polêmicas estabelecidas por diversos autores, o que torna complexo uma abordagem definitiva sobre o tema. Dessa forma serão priorizados estudos que se aproximam das particularidades do Cidade Nova, porém antes de abordar os estudos teóricos sobre bairro, serão apresentadas algumas definições encontradas em dicionários da língua portuguesa e técnicos.

Quadro 2: Significados da palavra bairro em dicionários da língua portuguesa.	
Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa	Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa
Porção de território povoada nas cercanias de uma cidade; povoado, arraial, distrito. Cada uma das partes em que se divide uma cidade ou vila, para facilitar a orientação das pessoas e possibilitar administração pública mais eficaz. Área urbana geralmente ocupada por pessoas de uma mesma classe social (HOUAISS, 2004, p. 380).	Cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila. Para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos (FERREIRA, 2004, p. 252).

Quadro 3: Significados da palavra bairro em dicionários técnicos	
Dicionário Akal de Geografia Humana	
Bairro: Geralmente se denominam assim as frações de um povo ou de uma cidade. [...] pela época de sua construção e de sua inserção dentro da cidade (bairros antigos, bairros novos), ou por sua posição (bairros de centro, periferia, etc.). Sociologicamente, o bairro é uma entidade viva no interior da cidade, por isso também é uma realidade geográfica. Constitui um meio de vida, de atividades de relações. Seus habitantes o percebem como um entorno mais familiar e imediato que o conjunto da cidade e com mais motivo que a aglomeração. Estruturalmente o bairro se compõe de um conjunto de quarteirões, delimitados por ruas que são por sua vez artérias de circulação e realidades funcionais e sociais pela presença de grandes armazéns, cafeterias e bares, e pela frequência de itinerários cotidiano. O bairro se articula segundo certo número de pontos fortes: cruzamentos, praças, que são ao mesmo tempo pontos de referências e lugares de encontro. Estes lugares de encontro se materializam e são símbolos das cidades históricas pela presença de conjuntos de edifícios que tem valor de monumentos históricos, decorativos e comemorativos (GEORGE, 2004, p. 62).	
Dicionário de Arquitetura Brasileira	
Cada uma das zonas principais em que se divide uma cidade. Uma porção de território nas proximidades de um núcleo urbano (CORONA & LEMOS, 1972, p. 65).	

¹ Disponível em: www.capes.gov.br , acessado em: 24/03/2014.

² Disponível em: www.teses.usp.br , acessado em: 24/03/2014.

Souza (1989, p. 153-154) apresenta as semelhanças culturais do significado de bairro, trazendo como exemplos: o Dicionário Etimológico de La Lengua Castelhana, dando conta que “*barrio*” vem do árabe, sua etimologia é barr, bar, terra, campo, imediato a uma população e posteriormente vindo a significar uma das divisões locais ou municipais das povoações. Cita em seguida, o Dicionário de Términos Geográficos estabelecendo uma aproximação entre bairro e subúrbio, assim, nesse dicionário, subúrbio seria um bairro de fora ou dos arredores de uma cidade, sendo habitado por classes trabalhadoras, com uma urbanização deficiente e com equipamentos sociais medíocres ou nulos. Do francês o autor destaca *quartier* como sendo semelhante ao bairro, e na língua inglesa, *neighbourhood* e *district*, sendo o segundo o que mais se aproxima de bairro, *barrio* e *quartier*.

Fazendo uma primeira análise do bairro Cidade Nova, com as definições apresentadas percebe-se uma aproximação com aquele apresentado pelo dicionário Houaiss (2004), já que o bairro nasce nas cercanias da cidade, quando foi ocupado por parte da população de menor renda formado basicamente por operários. Do Dicionário Akal de Geografia (2004), em relação à Rio Grande, a Cidade Nova se apresenta como um bairro antigo e periférico. Sobre sua posição em relação a urbe percebe-se uma relação com o significado de subúrbio citado por Souza (1989).

Surge então uma questão importante: os bairros mais afastados do centro do Rio Grande são chamados de vila, numa relação com a periferia. A Cidade Nova não recebe essa denominação, assim pode ser caracterizado como subúrbio? Para responder essa indagação surge à necessidade de entender as diferenças entre periferia e subúrbio, e principalmente o significado de vila.

Para entender as diferenças entre periferia e subúrbio recorre-se a Martins (2008) que de maneira geral diz que tudo que não é cidade, incluindo o subúrbio é periferia e apresenta a diferenciação:

No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaços para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, fornos de pão e broa,[...]. A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praça, terrenos minúsculos [...] (MARTINS, 2008, p. 50).

Para Martins (2008, p. 52), a periferia é o contrário do subúrbio, sendo a vitória da renda da terra sobre a cidade e a urbanização, uma negação do urbano.

Dessa forma o subúrbio (espaço de ascensão social) é a negação da periferia. Para o autor os problemas que acontecem nesses dois espaços são diferentes, enquanto na periferia está relacionada ao tumulto da ocupação, urbanização desorganizada, exclusão, e desenvolvimento econômico, entre outros, no subúrbio é essencialmente o problema da velhice, políticas públicas para idosos, o crescente acesso ao modo de vida urbano, ao bem estar social.

Em Rio Grande a periferia possui como sinônimo o termo vila, e surge, principalmente, a partir da década de quarenta no século XX, período de expansão horizontal da cidade. Conforme Martins (2006, p.182) era usual no Brasil colonial utilizar vila como sinônimo de povoado, sendo que na paisagem urbana, no Rio Grande do Sul, possui o sentido de bairro pobre, de periferia, de falta de estrutura urbana.

Como sinônimo e com esse sentido o termo que mais se aproxima seria arrabalde da cidade ou vilela. O que difere a vila da favela ou dos mocambos e malocas como já existiam em Rio Grande é o fato de estes estarem em situação ilegal quanto a sua regularização. As vilas , ao contrário, comumente têm sua situação regularizada junto a Prefeitura Municipal, no entanto carecem de infra-estrutura urbana, como calçamento e esgoto, e se localizam em zonas de menor valorização fundiária (MARTINS, 2006, p. 182).

No Brasil Colonial, povoações eram elevadas a vilas, e vilas a cidades, de acordo com o sistema português. Por exemplo, em 1560, São Paulo foi elevado à categoria de Vila. No Brasil durante muito tempo, a data correta da fundação de municípios antes da proclamação da república é o dia da criação da vila. Com a vila o arraial ou freguesia adquiria a sua autonomia político-administrativa, passando a constituir Câmara de Vereadores, com direito de cobrarem impostos, e baixar "posturas" que eram espécies de leis municipais, recebia ainda um "juiz de fora", pelourinho e cadeia pública. O título de cidade, neste tempo, era mais honorífico e pouco acrescentava em termos de organização política e administrativa. A presença da Câmara é que indicava a existência da célula político-administrativa. A primeira vila do Brasil foi São Vicente, no atual Estado de São Paulo, onde está a Câmara Municipal mais antiga do Brasil.

Hoje, no entanto, por ter um sistema administrativo diferente de Portugal, a palavra "vila" não tem valor administrativo no Brasil, sendo usada apenas no sentido informal. Assim, no município de São Paulo o termo "vila" pode designar um

conjunto de casas individuais, construídas em um terreno contínuo com uma entrada única e uma espécie de pequena praça em comum. Também em muitos municípios brasileiros, o termo "vila" é usado como referência a bairros, como em São Paulo (Vila Madalena, por exemplo). Em alguns outros Estados, designa bairros populares. Em outros municípios como em Curitiba o conjunto de vilas forma o bairro, como se verifica no Bairro Cajuru, conforme o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

A figura 3 mostra o brasão da cidade do Rio Grande, como um exemplo de identificação da cidade, conforme o sistema português.



Figura 3: Brasão da cidade do Rio Grande
Fonte: www.riogrande.rg.gov.br

A heráldica dos aglomerados urbanos portugueses reflete a diferença entre cidades, vilas e aldeias, com o brasão de armas de uma cidade encimado por uma coroa com cinco torres, o de uma vila com quatro e o de uma aldeia com três. Essa diferença entre cidades e vilas ainda está em uso em outros países lusófonos, mas no Brasil já não é mais usada.

Em Rio Grande o termo vila é muito usado na definição de bairros, loteamentos, em seqüências de casas parecidas. No Plano Diretor do Município do Rio Grande, a Lei N° 6.586, de 20 de agosto de 2008, estabelece Vila como sede dos distritos do município. Portanto não segue um padrão de significado do seu conceito, sendo muito usado na tradição popular, como podemos verificar, na forma em que a população designa o seu bairro, por exemplo: Vila São Miguel, Vila Mangueira, Vila Brás, Vila Eulina, Vila Dias.

É interessante registrar que a popularização do termo vila em Rio Grande surge na metade do século, mais precisamente na década de 1940, com a Vila Junção e a Vila São Miguel, que se enquadram na descrição de precariedade, embora tivessem já na sua concepção inicial uma urbanização planejada em quarteirões sem forma de quadrado e ruas largas (MARTINS, 2006, p. 182).

A partir das reflexões apresentadas sobre o bairro Cidade Nova, observa-se que apesar das dificuldades iniciais na sua estruturação, essa possui as características de um subúrbio, um bairro planejado com quadras e lotes grandes, ruas largas e uma praça central. Durante as primeiras décadas de sua ocupação se caracteriza por uma transformação gradual do agrário para o urbano, sendo o local de localização das indústrias. As vilas no bairro estão relacionadas a um conjunto de casas individuais, construídas em um terreno contínuo com uma entrada única.



Figura 4: Vila Magalhães, rua General Abreu entre as ruas: Dom Pedro I e República, bairro Cidade Nova. Fonte: Foto do autor (2015).

Na busca do reconhecimento de bairro, Souza (1989, p. 155, 156) o situa de forma intermediária, maior que a unidade de vizinhança e menor que o setor geográfico, e identifica o bairro clássico, de formação medieval, apresentando um conteúdo simbólico (personalidade) sendo definido simultaneamente por conteúdos: composicional e interacional.

O conteúdo composicional singularizava-se pela relativa homogeneidade de classe, estamento ou etnia, ou pela presença expressiva e especialização de certas funções econômicas e atividades profissionais, e ainda pelas fisionomias resultantes dos conteúdos dominantes e dos resíduos de formas espaciais pretéritas. O conteúdo interacional tipificava-se pela autonomia

relativa de que gozava o bairro para os seus moradores, no contexto da cidade; a intimidade, o comércio de bairro, o lazer no bairro, as visitas entre vizinhos, os festejos de rua (SOUZA, 1989, p. 156).

Dessa forma o bairro clássico apresenta uma associação entre os conteúdos composicional e interacional, possuindo: a feira, o botequim, as praças, contatos entre os vizinhos, sendo que esse modelo de bairro estaria em extinção nas cidades modernas, mas que ainda pode ser encontrado (SOUZA, 1989, p. 156).

Para entender as várias fases pelas quais passou o bairro Cidade Nova, a partir de sua gênese, busca-se identificar na proposta de Souza (1989, p.157), as características que as identificam através dos aspectos de estrutura e dinâmica interna do município do Rio Grande. Assim o autor identificou: a cidade medieval, a cidade pós-colonial / pré-capitalista, a cidade do capitalismo concorrencial, a cidade do capitalismo monopolista simples, a cidade do capitalismo monopolista avançado.

A formação e ocupação do bairro Cidade Nova esta inserida no que Souza (1989, p. 159-160) apresenta como: a cidade do capitalismo concorrencial, onde o capitalismo atua numa separação espacial de funções, divisão do cidadão em morador, consumidor e trabalhador, atuando em bairros diferentes. Nessa fase acontece uma atração crescente para os emergentes espaços industriais que estão no *Central Business District* (CBD) ou próximos, podendo estar conjugadas com vilas operárias, sendo que o trabalhador industrial reside em cortiços, casas de cômodos ou vilas operárias, próximo ao lugar de trabalho. É um período com graves carências de habitação e equipamentos de uso coletivo tendo a vida de bairro ligado ao crescimento urbano.

A cidade do capitalismo monopolista simples ocorre no Brasil, sobretudo a partir dos anos de 1930, e se caracteriza por uma complexidade das estruturas e dinâmicas urbanas. É um período de surgimentos de bairros distantes do CBD de onde as indústrias são banidas e surgem áreas e distritos industriais, que são viabilizados pelo sistema de transporte urbano (SOUZA, 1989, p. 160).

Na cidade do capitalismo avançado apresentado por Souza (1989, p. 160-161), verifica-se uma evolução das contradições presentes a partir da fase capitalista concorrencial com desdobramentos do capitalismo monopolista simples, se caracterizando por um processo de descentralização com uma ampliação da divisão espacial do cidadão refletido pelas complexas relações de produção e

crescimento urbano, resultando em um crescente demanda por equipamentos de consumo coletivo.

Dessa forma, percebemos que a construção histórico-social do bairro, aparece nas diferentes formas espaciais da vida social da cidade. Assim a busca pela caracterização da Cidade Nova, passa necessariamente pelo entendimento que o bairro se apresenta como uma totalidade em processo contínuo de transformação e como parte de outra totalidade maior: a cidade no contexto da afirmação da sociedade urbano-industrial. Portanto para entender as transformações e a atual configuração do bairro Cidade Nova é necessários conhecer a história local no contexto do município do Rio Grande.

CAPITULO 2

CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E DO BAIRRO CIDADE NOVA

A análise de uma realidade urbana deve ser fundamentada na busca pelos processos que produziram e originou sua atual configuração. O retorno temporal a gênese destes processos, propõe um estudo dos aspectos históricos e geográficos para o entendimento da realidade urbana do município do Rio Grande e do bairro Cidade Nova. Para esse fim optou-se por apresentar um breve histórico do crescimento urbano do Rio Grande com o propósito de mostrar, de forma sucinta, os caminhos tomados para sua configuração que mantém relação estreita com o surgimento e desenvolvimento do bairro Cidade Nova, num processo de urbanização alavancado, sobretudo, por uma economia industrial e alicerçada nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A figura 5 apresenta a localização e a atual configuração territorial do município do Rio Grande.

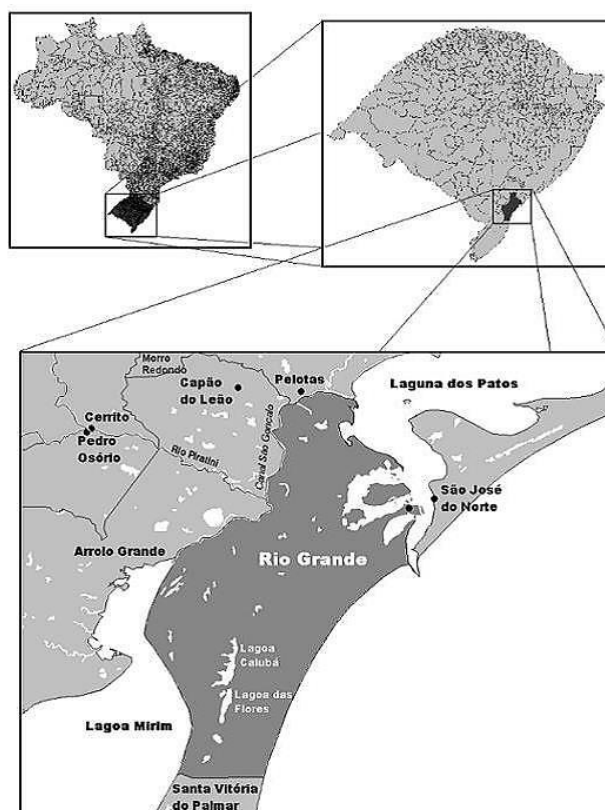


Figura 5: Município do Rio Grande: localização no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas/FURG. – v.1 nº1 – Rio Grande: Ed. FURG, 2007, p. 12.

2.1. Breve histórico do crescimento urbano do município do Rio Grande

O atual município do Rio Grande teve no seu início, um papel importante na defesa e manutenção do território disputado pelas coroas portuguesas e espanholas. A cidade se desenvolve a partir da intensificação comercial portuária, sinalizada com a perda da Colônia do Sacramento e o início do ciclo do charque no Rio Grande. A dragagem do cais e a construção do Porto (1823), torna a Villa do Rio Grande um importante centro comercial. O desenvolvimento econômico propiciado pelo charque e pelo comércio de exportação e importação levou Rio Grande a um crescimento comercial considerável no século XIX (MARTINS, 2006, p. 69).

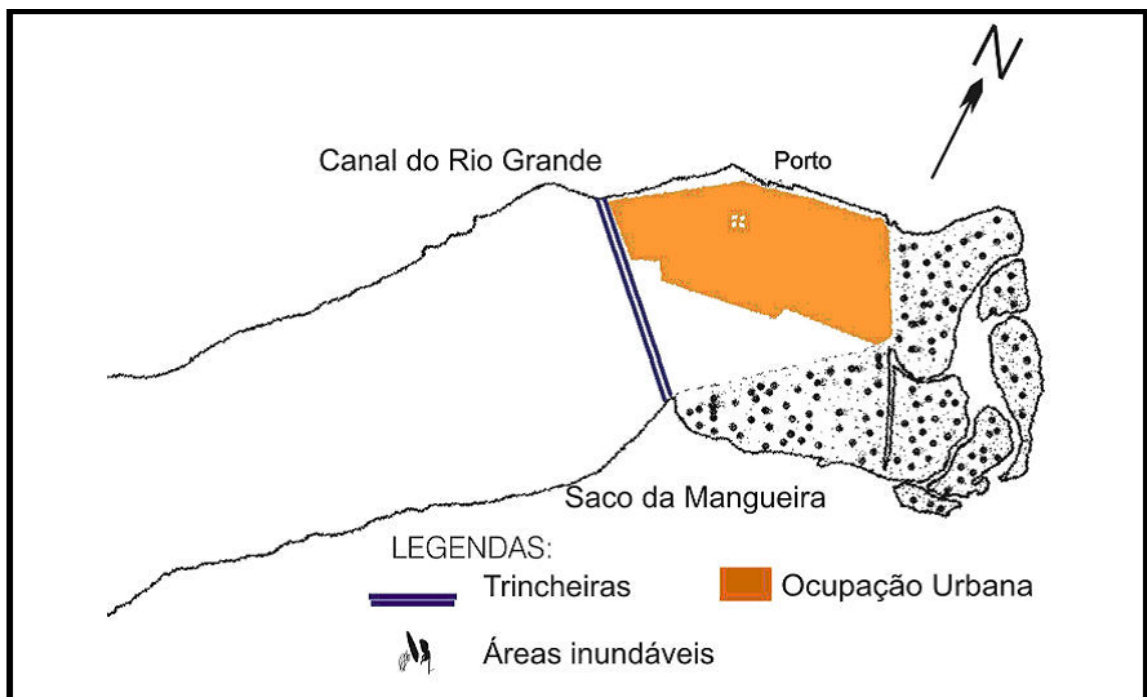


Figura 6: Cidade do Rio Grande em 1869. FONTE: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas/FURG – v.1 nº1 – Rio Grande: Ed. FURG, 2007, p. 16.

As cartas da época (século XIX) mostram ao sul altas dunas e a leste baixios inundáveis e o limite ocidental da área urbana era marcada pela barreira artificial das trincheiras (figura 6), a qual somente foi transposta com o final da guerra do Paraguai, quando foi fundada em 1873 a Fábrica Rheingantz marcando o início da indústria fabril na cidade.

Os aterros continuaram avançando pelo litoral, foi ganhando o espaço em que posteriormente se situou a estação marítima da estrada de ferro. À leste abriu-se a Rua Barroso e o pântano do sul recuou para a abertura da Rua Constância (João Alfredo). Porém foi a oeste que se situou a área de

maior expansão. Alguns anos antes fora criado um cemitério para além das trincheiras. Agora a exigência decorrente da entrada da cidade no campo da indústria não artesanal impeliu a abertura do loteamento até hoje conhecido como “Cidade Nova”. Com isso duplicou-se a superfície urbana. Por mais de meio século, esta foi a principal área de crescimento citadino (Copstein, 1982, p. 65).

A partir da construção do Porto Novo, no começo do século XX, intensificam-se a ocupação urbana, principalmente próxima as indústrias que se instalavam, como por exemplo, o Frigorífico Swift (1917) e a Refinaria Ipiranga (1937).

Portanto, o período compreendido entre as décadas de 1910 e 1930 foi representativo em termos de expansão urbana, tanto a leste como a oeste do centro histórico. A leste representou a conquista de terrenos antes devolutos e onde somente existiam banhados por um grande aterro com a construção de um novo porto e de um grande complexo frigorífico de capital norte-americano, ocasionando forte atração de mão-de-obra estrangeira para erguer tais estruturas, além dos operários de baixa renda que buscavam emprego na cidade industrial, que se modernizava rapidamente (Martins, 2006, p.156).



Figura 7: Frigorífico Swift (1942), estava localizado numa área de 27 hectares no Porto Novo de Rio Grande. Atualmente esta estabelecida nesse local a QUIP S.A. Fonte: Arquivo Fototeca Municipal, Prefeitura Municipal do Rio Grande.

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pelos loteamentos nas áreas distantes do centro urbano, denominados de “vilas”, basicamente localizados no Cassino e na Vila Junção. Na década de 1950 os lotes oferecidos eram muitos, porém pequenos.

As décadas de 1950 e 1960 são emblemáticas do ponto de vista econômico e concomitantemente espacial para a cidade do Rio Grande, pois ocorre a decadência fabril e ao mesmo tempo forte expansão urbana através de

vários loteamentos e a criação de entidades de ensino superior (MARTINS, 2006, p. 179).

Os bairros da cidade do Rio Grande têm como origem os loteamentos, então essa forma de distribuição espacial, a partir da década de 1950, marca a característica atual dos bairros, ou seja, pequenos e numerosos, demonstrados na tabela a seguir que relaciona loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal do Rio Grande e alguns bairros atuais:

Quadro 4: Loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal do Rio Grande entre 1940 e 1970, relacionado aos bairros atuais.		
Ano de aprovação do loteamento	Nome do loteamento	Local
1942	Vila Junção	Zona Urbana
1946	B. Miguel de Castro Moreira	Zona Urbana
1947	Vila Santo Antonio	Zona Urbana
1949	Parque Cassino	Cassino
1953	Querência	Cassino
1953	Vila Izabel	Bolaxa
1953	Fundos da Cadeia	Zona Urbana
1953	Vila Férrea	Cassino
1954	Vila Helena e Vila Olinda	Senandes
1954	Boa Vista I	Cassino
1954	DEPREC	Zona Urbana
1954	Vila Ponche Verde	Bolaxa
1955	Vila Braz	Zona Urbana
1955	Boa Vista II	Senandes
1956	Vila Alfa	Senandes
1956	José Braz	Zona Urbana
1956	P. Franchi	Zona Urbana
1957	Vila Eulina	Zona Urbana
1957	Vila São Jorge	Zona Urbana
1957	Vila Ceres	Zona Urbana
1957	Vila Maria	Zona Urbana
1957	Vila Navegantes	Zona Urbana
1957	Vila Recreio	Zona Urbana
1957	Vila Nova	Quinta
1957	Vila Santa Rosa	Zona Urbana
1958	Vila Abel Cravo	Quinta
1958	Vila Santo Antônio	Zona Urbana
1958	Vila N. Senhora de Fátima	Zona Urbana
1958	Vila São João	Zona Urbana
1958	Vila Santa Inês	Bolaxa
1958	Vila São Miguel	Zona Urbana
1958	Vila N. Senhora de Fátima	Zona Urbana
1959	Parque Residencial S. Filho	Zona Urbana
1959	Vila Farinha	Zona Urbana
1959	Vila Santa Rosa	Quinta
1959	Parque Residencial S. Filho	Zona Urbana
1960	Parque Guanabara	Zona Urbana
1961	Agostinho Petrone	Zona Urbana
1962	B. Jesus Batista Vieira	Zona Urbana
1963	Luiz Loréa	Zona Urbana

continuação		
Ano de aprovação do loteamento	Nome do loteamento	Local
1964	Vila Leônidas	Zona Urbana
1964	Parque Marluz	Zona Urbana
1964	Parque São Pedro	Zona Urbana
1964	COHAB I	Zona Urbana
1965	Vila Bernadeth	Zona Urbana
1965	Vila Portinho	Zona Urbana
1966	Hélio Alves	Zona Urbana
1967	HABICOP	Zona Urbana
1968	Parque Lar Gaúcho	Zona Urbana
1966	Hélio Alves	Zona Urbana
1967	HABICOP	Zona Urbana
1968	Parque Lar Gaúcho	Zona Urbana

Fonte dos dados: Salvatori et al. (1989, p. 60-69). Tabela adaptada pelo autor.

Os dados apresentados no quadro a seguir, mostram a evolução da população do município do Rio Grande e o alto índice de urbanização, comparados com a taxa nacional no mesmo período.

Quadro 5: População do município do Rio Grande no período entre 1940 e 1970.				
Ano	População total		% da população urbana	
	Brasil	Rio Grande	Brasil	Rio Grande
1940	41.326.000	60.802	26,85%	76,73%
1950	51.994.000	77.915	36,16%	84,64%
1960	70.191.000	100.378	45,52%	87,20%
1970	93.139.000	116.488	56,80%	88,88%

Fonte dos dados: IBGE. Tabela adaptada pelo autor.

O quadro 5, mostra que entre os anos de 1940 e 1970, a população total do município do Rio Grande aumentou 91,58% e a porcentagem daqueles que moravam na área urbana aumentou de 76,73% para 88,88%. Nesse mesmo período a população total de brasileiros aumentou 125% e a população urbana de 26,85% no ano de 1940 passou para 56,80% em 1970. Analisando esses dados verifica-se que a cidade do Rio Grande se caracterizou por ser urbana apresentando já em 1940 um índice alto de moradores na cidade. A urbe manteve a tendência do aumento populacional do país, e apesar do crescimento urbano ter sido menor, apresentava em 1970, um índice 56,48% maior que a média nacional. Grande parte do incremento populacional em Rio Grande se deu pelas expectativas nas novas instalações do distrito industrial e os investimentos no Super Porto, que caracterizaram o crescimento da zona periférica, marcando o surgimento nos loteamentos, de construções do tipo COHAB e de apartamentos populares.

Segundo Martins (2006), as construções horizontais prevaleceriam nesses decênios os loteamentos com construção do tipo COHAB e com a presença do Estado como incorporador e executor das obras e como contribuinte na criação de vazios urbanos como resultado da segmentação proposta.

Outro fato significativo é que durante as duas décadas a verticalização mais representativa em termos de unidades de apartamentos oferecidos se deu também num nível popular, caracterizados por prédios de não mais do que quatro andares e apartamentos de um, dois ou três dormitórios que não ultrapassavam 60 metros quadrados e destinados a famílias com renda não superior a seis salários mínimos (Martins, 2006, p. 208).

A seguir são mostrados alguns loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal, a partir dos anos 70, ligados a bairros atuais do município:

Quadro 6: Loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal do Rio Grande a partir dos anos 70, relacionados aos bairros atuais do município.		
Ano de aprovação do loteamento	Nome do loteamento	Local
1973	Albino	Sede
1975	Vila Santinha	Sede
1977	Bairro Buchollz	Sede
1977	COHAB II	Sede
1978	S. C. Rio Grande	Sede
1979	Jardim do Sol	Sede
1980	Costa do Sul	Cassino
1981	Parque Marinha	Sede
1981	PROFILURB I	Sede
1982	Parque São Pedro	Sede
1982	PROFILURB II	Sede
1984	Castelo Branco	Sede
1985	Parque Coelho	Sede
1985	COHAB IV	Sede
1986	Residencial Universitário	Sede
1987	ABC VIII	Cassino
1987	ABC IX	Cassino

Fonte dos dados: Salvatori et al. (1989, p. 60-69). Tabela adaptada pelo autor.

A partir do início do século XXI, os investimentos, principalmente no setor naval, impulsionaram o crescimento populacional do município. Conforme o quadro 7, o acréscimo foi de 20.000 habitantes em 14 anos, aumento de 11,36% da população, próximo aos 11,76% do Estado. Entre os anos de 1996 e 2000 os índices mostraram que a população de Rio Grande teve um crescimento abaixo do Estado (5,33% contra 6,47%). Nos dez primeiros anos do século XXI, ocorreu uma inversão dos números, a população de Rio Grande cresceu 5,72% enquanto que o

Estado apresentou um índice de 4,97%, ambos abaixo do crescimento populacional nacional que foi de 12,34% nesse período. Grande parte do aumento do número de habitantes do município do Rio Grande, que vem se confirmando nos últimos anos, esta relacionada com a chegada de mão-de-obra especializada e novas vagas de emprego, marcando um período de desenvolvimento e expansão urbana tanto horizontal como verticalmente.

Quadro 7: População total do município do Rio Grande, do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, no final do século XX e início do século XXI.			
Ano	População Total		
	Rio Grande	Rio Grande do Sul	Brasil
1996	177.109	9.568.523	156.032.944
2000	186.544	10.187.798	169.799.170
2007	194.351	10.582.840	183.987.291
2010	197.228	10.693.929	190.755.799

Fonte: IBGE- Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010. Tabela adaptada pelo autor.

2.2. Bairro Cidade Nova: da gênese as primeiras décadas do século XXI

No caso do bairro Cidade Nova, a proposta é delinear sua trajetória a partir da sua gênese, na segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XXI, acompanhando seu desenvolvimento, identificando os fatos históricos que fizeram sua configuração e transformação. Dessa forma buscou-se identificar os diferentes momentos espaciais e temporais, bem como com os fenômenos social e cultural característicos do bairro Cidade Nova, com o objetivo de compreender o processo e a dinâmica de sua trajetória.

1º momento - A gênese do bairro Cidade Nova: segunda metade do século XIX

2º momento - A ocupação do bairro Cidade Nova: primeira metade do século XX

3º momento - A estruturação do bairro Cidade Nova: segunda metade do século XX

4º momento - A valorização do bairro Cidade Nova: primeiras décadas do século XXI

1º momento - A gênese do bairro Cidade Nova: segunda metade do século XIX.

Desde os meados do século XIX, Rio Grande apresentava um desenvolvimento urbano alicerçados em um comércio atacadista de exportação, que havia formado uma burguesia com hábitos e costumes europeus, principalmente franceses e ingleses. O acúmulo do capital comercial, os financiamentos do capital bancário e a mão de obra imigrante foram à base para o desenvolvimento industrial do período (MARTINS, 2006).

O crescimento horizontal da cidade ficava limitado pelas trincheiras, construção que restringia a expansão urbana para oeste. A barreira começou a ser transposta quando a epidemia de cólera se intensificava e o pequeno cemitério do Bom Fim entrou em colapso, devido a elevação do número anual de sepultamentos que em oito anos (1842-1850) aumentou 865,51%. O acúmulo de depósito dos corpos no cemitério foi aumentando a partir do ano de 1850 escancarando a necessidade de um novo local para os atos fúnebres, conforme dados mostrados no quadro 8:

CEMITERIO DO BOM FIM	
ANOS	SEPULTAMENTOS
1842	29
1843	150
1844	134
1845	159
1846	175
1847	179
1848	158
1849	163
1850	251
1851	311
1852	341
1853	254
1854	249
1855	312

Fonte: Relatório da Intendência Municipal do Rio Grande Estatística de 1925 – Quadro adaptado pelo autor.

No ano de 1855 foi inaugurado o cemitério católico e em 1856 o cemitério protestante, localizados na atual rua dois de novembro. A partir daí os terrenos extramuros despertam o interesse da Intendência Municipal e passam a ser visto como solução dos problemas urbanos da cidade, conforme relatório da Intendência:

CONCLUSÃO: ...e pede-vos mais que atoriseis a tomar posse dos terrenos devolutos de fora das trincheiras e nas proximidades da cidade, terrenos que podem ser pela Camara aforados não só para as fabricas de velas, cortumes e outros estabelecimentos nocivos a saúde publica que de conformidade com as posturas municipaes não devem existir dentro da cidade como para outros misteres, depois da remoção das areias, o que se pretende conseguir se for avante a empresa do trilho que a Camara projecta (Relatório da Intendencia Municipal do Rio Grande, 1871, p.10).

O Relatório Municipal a seguir, identifica o período em que foi confirmada pelo governo Imperial, a posse dos terrenos devolutos.

LOGRADOURO PÚBLICO: Pelo Governo Imperial acaba de ser confirmada em Janeiro p.p. a posse que tem essa comarca aos terrenos extramuros na distância de uma légoa desta cidade, no despacho que deu ao príncipe D. Phillipe de Bourbon que pretendia obter ditos terrenos. Tem pois esta Camara em mente mandar levantar uma planta deles, à fim de fazer remover para ali, na conformidade de suas posturas, todas as fábricas de velas, de cortumes, de fogos e outras, tão prejudiciais a saúde publica (Relatório Municipal do Rio Grande, 1877, p. 35).

A solicitação dos terrenos devolutos tinha como objetivo a retirada daquilo que era considerado pernicioso para a saúde da cidade e a obtenção de renda para o município. Com a posse das terras extramuros, começou o planejamento do novo bairro, no ano de 1881 a Câmara Municipal do Rio Grande apresentou a planta da Cidade Nova, onde aparecem especificados as quadras e ruas, a estrada para o interior do município, as *boulevards* que cercam o bairro, bem como aquela que vai até a Companhia Hidráulica Rio-Grandense, onde estava uma caixa d'água (1.500.000 litros) localizada a cerca de três quilômetros do centro da cidade. A planta reservava as quadras números quarenta e três, quarenta e quatro, cinquenta e dois e cinquenta e três, para uma praça e determinava que os terrenos após a *boulevard* Buarque de Macedo fosse reservados para a estrada de ferro.



Figura 8: Caixa d'água da Companhia Hidraulica Rio-Grandense, construído em 1879, com material importado da Inglaterra, num terreno de 100 hectares, entre o saco da mangueira e o canal do Norte, a três quilômetros da cidade velha, hoje conhecido como bairro Hidráulica. Fonte: Arquivo Fototeca Municipal. Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Há três marcos importantes na origem do bairro Cidade Nova: o início da industrialização em Rio Grande, marcado pela fundação da Fábrica Rheingantz em 1873; a inauguração do tráfego da estrada de ferro (1884) e o serviço da linha da Carris Urbanos (1884).

CIDADE NOVA: Com a inauguração do trafego da estrada de ferro a 2 de dezembro de 1884 e a com o do serviço da linha de Carris Urbanos a 30 de outubro, do mesmo anno, tomou a cidade nova grande impulso. Também concorreu poderosamente para o aumento das edificações que já ali se encontram, e para o movimento da população para aquelle lado, o importante estabelecimento dos dignos industrialistas Srs. Rheingantz e C., que se tem desenvolvido sob a hábil administração do Sr. Comendador Carlos Guilherme Rheingantz, de maneira a ser brevemente, se o não é já, o primeiro estabelecimento industrial do paiz. Situado ao sul da cidade nova, esta importante fabrica de tecidos de lã, ocupa com seus edificios, uma área de mais de cinco mil metros quadrados, e ao lado da fabrica, pertencentes a mesma, contam-se dezoito habitações que são ocupadas por operários seus...Ja ali veem outras fabricas que, embora menos importantes, concorrem para o notável movimento que se observa, já dos operários, já dos vehiculos de conducção de gêneros, etc. Como um incentivo de grande alcance para a prosperidade e desenvolvimento da cidade nova, a Camara pede á patriótica Representação da Provincia, que se designe conceder isenção do imposto da décima urbana, para todas as habitações existentes e que possam ser construídas ali durante dez anos (Relatório Municipal de Rio Grande, 1885, p. 13).



Figura 9: Construção da Fábrica Rheingantz, segunda metade do século XIX, localizada na atual rua Rheingantz. Arquivo Fototeca Municipal. Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Assim com os limites bem definidos pela *Boulevard* Major Carlos Pinto, *Boulevard* 14 de Julho, *Boulevard* 15 de Novembro e *Boulevard* Buarque de Macedo, surgia o bairro Cidade Nova (figura 10), com a função inicial de abrigar: fábricas, curtumes, o hospital de isolamento, local de depósito de lixo, materiais fecais, local de moradia para a classe trabalhadora.

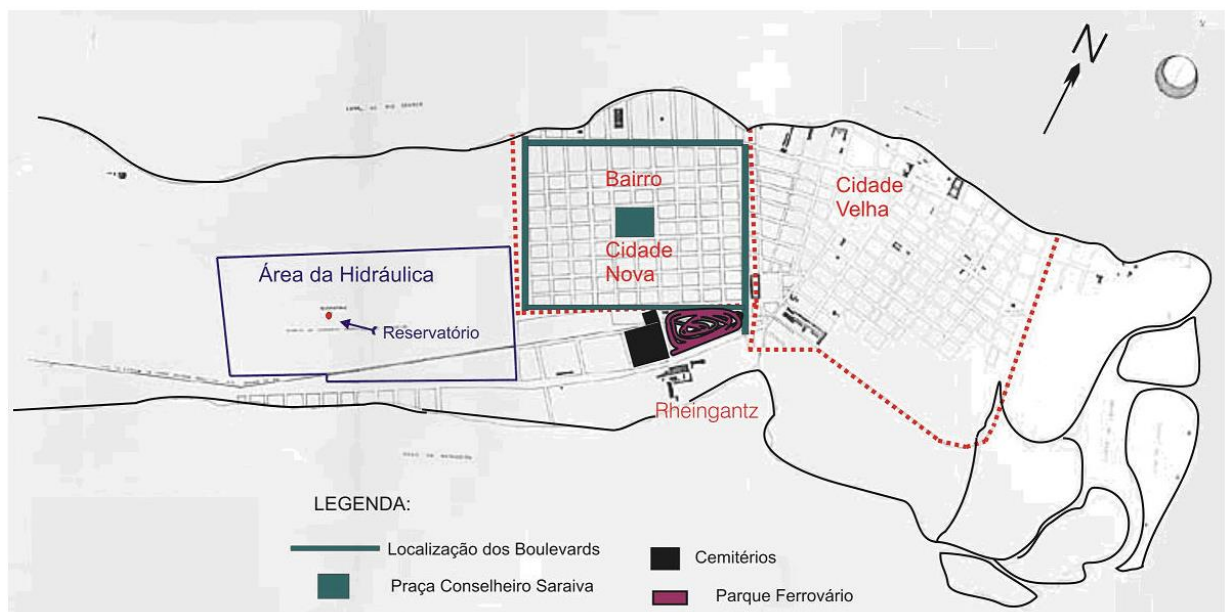


Figura 10: Mapa da cidade do Rio Grande em 1904. Fonte: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas/FURG – v.1 nº1 – Rio Grande: Ed. FURG, 2007, p. 16.

2º momento - A ocupação: primeira metade do século XX

Depois de consumada a posse pela municipalidade dos terrenos devolutos, as autoridades locais começaram a debater a forma de ocupação da Cidade Nova. Ficou decidida pelo aforamento, concessão da terra para exploração ou uso do ocupante mediante pagamento em dinheiro e impostos anuais, sendo que os valores dependeriam da situação e qualidade do terreno (localização), o que evidenciava um ordenamento no crescimento urbano. Dessa forma as quadras mais próximas a *boulevard* Major Carlos Pinto e as localizadas nas proximidades da estação ferroviária seriam as mais valorizadas. As quadras que ficavam mais afastadas e pelo lado da *boulevard* 14 de Julho possuíam os valores mais reduzidos. A forma de planejamento fica claro ao examinar o bairro Cidade Nova na planta geral da cidade do Rio Grande (1904), no *boulevard* 14 de Julho estão localizados: o Lazareto (hospital de isolamento), o Curtume, a Empresa de Materiais Fecais e também onde era depositado o lixo urbano nas margens da lagoa (figura 11).

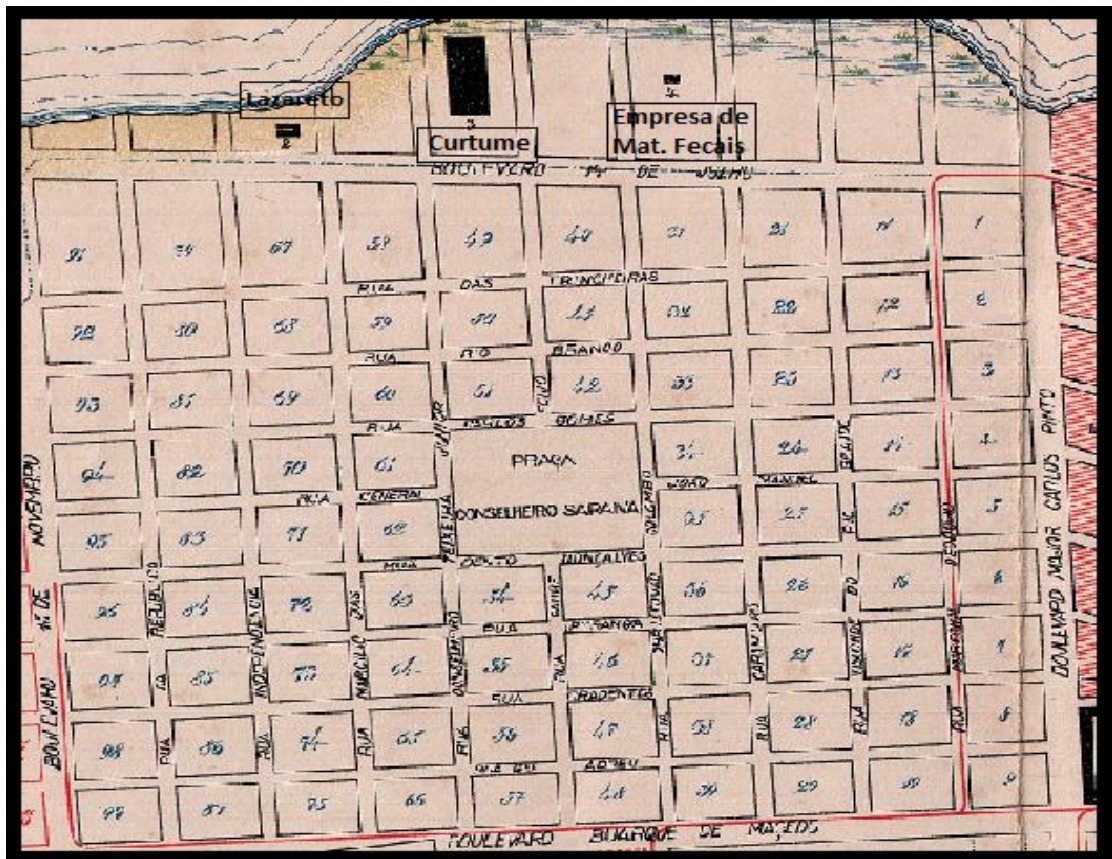


Figura 11: Bairro Cidade Nova. Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904. Fonte: A. Biblioteca Rio-Grandense. Escala: 1:8000. Planta adaptada pelo autor.

No Relatório da Intendência Municipal de 07 de janeiro de 1883, esta registrado:

CIDADE NOVA: A autorização concedida pelo governo em 4 de junho de 1878, á Camara, para aforar os terrenos sitos além das extintas fortificações, começou a ser utilizadas em 20 de setembro do anno findo. Cincoenta quadras da nova cidade foram já concedidas, por aforamento, e já de muitos tem sido dada a posse aos respectivos concessionários, a proporção que o engenheiro as vai medindo e demarcando. O aforamento d'este terrenos produzirá uma renda permanente anual de mais de 3:000\$000, além do imposto municipal de que trata o § 15 n.7 da lei do orçamento municipal (artigo 2º). Tendo a Camara resolvido não conceder terreno algum, por aforamento, senão a quem oferecer vantagens em beneficios dos melhoramentos materiaes do município, não acreditava contudo, no resultado obtido. Os donativos oferecidos pela preferencia no aforamento, variando, conforme a situação e a qualidade dos terrenos requeridos, elevam-se até a quantia de 250\$000, em uma das quadras mais próximas d'esta cidade e perto da estação da estrada de ferro, e se por uma deliberação da câmara, esta não tivesse exceptuado, - provisoriamente,- do aforamento comum, algumas quadras, que ficam no alinhamento do boulevard Buarque de Macedo e fazem frente á referida estação, é evidente que, pela situação das mesmas quadras, sendo as que mais pretendentes contavam, teria o resultado sido ainda muito mais satisfactorio (Relatório Municipal de Rio Grande, 1883, p. 4).

Em meio aos aforamentos dos terrenos e aberturas de ruas começa a ocupação do primeiro bairro do Rio Grande, sendo no princípio influenciado pela proximidade da cidade, pela localização da Fábrica Rheingantz e da Estação Ferroviária, que atraíam a preferência pelos terrenos para os lados da *boulevard* Buarque de Macedo e da *boulevard* Major Carlos Pinto. Assim, as instalações dos complexos fabris em Rio Grande nesse período apresentavam uma relação significativa com o desenvolvimento do bairro. A necessidade de habitações para os operários fez com que o município apresentasse no ano de 1885, uma lei com isenção de décimas urbanas e outros impostos sobre as construções (Relatório Circunstanciado dos Negócios do Município, 1896, p.13-14). Assim a Cidade Nova se caracterizou como um bairro de proprietários de terras e operários inquilinos.



Figura 12: Estação Ferroviária do Rio Grande (início do século XX), inaugurada em 1884, localizada na atual Avenida Buarque de Macedo. Em 1997, a Prefeitura Municipal ocupou todos os prédios do complexo ferroviário e atualmente é ocupado por secretarias municipais. Fonte. <http://www.tramz.com/br/rg>. Acesso em março de 2015.

A seguir é apresentada a relação dos prédios urbanos do 3º distrito em 1910, onde pode ser verificada a distribuição dos mesmos pelas ruas do bairro Cidade Nova.

Quadro 9: Relação dos prédios urbanos do 3º distrito em 1910.						
Ruas	Sobradados	Assobradados	Armazéns	Terrenos	Cortiços	Total
B. Major Carlos Pinto		1	7	72	2	82
Marechal Deodoro			10	115	1	126
Visc. do Rio Grande				36	1	37
Caramurú			2	54		56
Christovam Colombo			2	69		71
Padre Feijó				24		24
Cons. Teixeira Junior				22		22
Marcilio Dias				14		14
Independencia ³				10		10
República				5		5
Viação ⁴				5		5
Coronel Pedrozo				1		1
Coronel Pedro Alves				1		1
Boulevard 14 de Julho ⁵		3	5	36		44
Trincheiras ⁶			2	53		55
Visc. do Rio Branco			1	50		51
Carlos Gomes				35		35

continuação						
Ruas	Sobradados	Assobradados	Armazéns	Terrenos	Cortiços	Total
General João Manoel				19	1	20
Bento Gonçalves				33		33
Ypiranga ⁷			1	113		114
Tiradentes		1		102	1	104
General Abreu			2	83		85
Boulevard B. Macedo ⁸	1		10	56		67
Rheingantz		8	19	154	10	191
Somma	1	13	61	1162	16	1253
Fonte: Relatório da Intendência Municipal, de 01 de setembro de 1910. Tabela adaptada pelo autor.						

No quadro acima podemos verificar que a rua Rheingantz (que não fazia parte do bairro Cidade Nova), onde estava instalada a Fábrica Rheingantz, é aquela com maior número de prédios urbanos. Ao agrupar as cinco quadras mais próximas da Cidade Velha (*boulevard* Major Carlos Pinto, Marechal Deodoro, Visconde do Rio Grande, Caramuru e Colombo) e as quatro quadras mais próximas da linha férrea (*boulevard* Buarque de Macedo, General Abreu, Tiradentes e Ypiranga), verifica-se que 70,3% das edificações estão nesse recorte (nove das vinte e uma quadras do bairro). As ruas com menor número de prédios urbanos são aquelas mais afastadas da Cidade Velha, por exemplo: Viação, Coronel Pedroso e Coronel Pedro Alves que ficavam além da *Boulevard* 15 de Novembro, portanto após a Cidade Nova. Essa tendência de ocupação urbana também é verificada ao analisar a localização dos armazéns, estabelecimentos de secos e molhados ou venda que tinha a finalidade de atender todas as necessidades dos consumidores. O quadro mostra que dos 61 armazéns, 19 estavam na rua Rheingantz, e na Cidade Nova as três principais ruas de comércio eram *boulevard* Buarque de Macedo, *Boulevard* Major Carlos Pinto e Marechal Deodoro com 64,3% dos armazéns localizados nessas ruas.

O final do século XIX e o início do século XX foi um período marcado pelo surgimento das fábricas no município do Rio Grande, entre elas: Fábrica Rheingantz (1873), em 1876, a Fábrica Alliança (charutos e cigarros) e Cunha Amaral Cia

³ Atual rua Dom Pedro I, bairro Cidade Nova. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.

⁴ Atual rua Avenida Brasil. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904

⁵ Atual Avenida Portugal, bairro Cidade Nova. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.

⁶ Atual rua Visconde do Maua, bairro Cidade Nova. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.

⁷ Atual rua Dom Bosco, bairro Cidade Nova. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.

⁸ Atual Avenida Buarque de Macedo. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.

(importação e exportação); 1889, Leal Santos & Cia. (alimentos e biscoitos); 1891, a Fábrica Pook & Cia (charutos); 1902, a indústria Llopart Cia. (alpargatas e calçados); entre outras que se instalavam na cidade (Martins, 2006, pp. 117 a 120). No ano de 1918 havia em Rio Grande vinte e nove fábricas, conforme mostra relatório da Intendência Municipal daquele ano, apresentados no quadro 10.

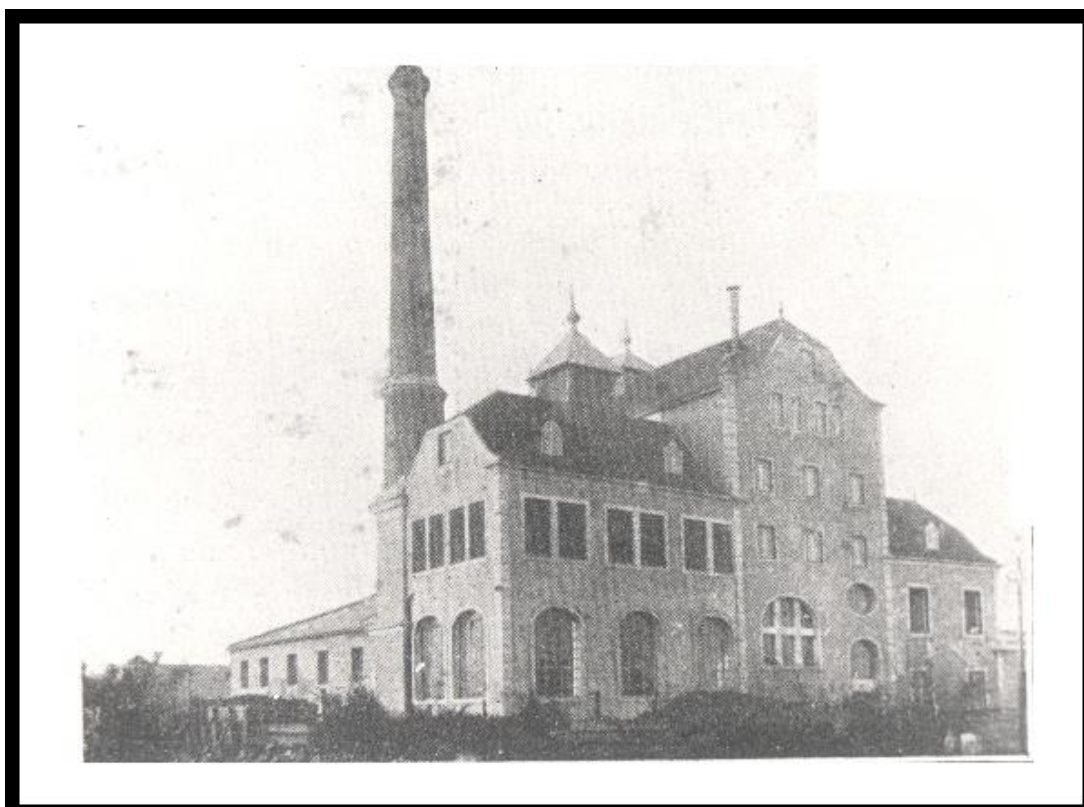


Figura 13: Antiga Cervejaria Anselmi & Schimitt, localizada na Boulevard 14 de julho (atual Av. Portugal, 126), em terreno que foi o frigorífico Anselmi e atualmente o condomínio Solar Dona Valéria. Fonte: Arquivo Fototeca Municipal. Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Quadro 10: Fábricas existentes em Rio Grande em 31 de março de 1918.			
Nome da Fábrica	Situação	Proctudos fabricados	Nº Trab.
Comp. União Fabril	R Rheingantz	Algodão, lã, cobertores e ponchos.	983
Comp. de Tec. Italo Brasileira Basto Becchi & C.	Senador Correa,1	Tecido de algodão: branco, tinto e crú	600
Anselmi & Schimitt	Boulevard 14 de Julho	Cerveja, Gazosa e Syphon	40
Leal Santos & C.	Rua General Portinho, 1 e Aquidaban, 44	Biscoito e conserva	300
Soc. Com. Ind. Rio Grandense	Boulevard 14 de Julho	conservas	130
Charutos Pook	Senador Correa, 51	Charutos finos e entrefinos	150
Llopart, Mata & C.	Boulevard 14 de Julho	Alparcatas e calçados	150
Manoel A. Lima	General Camara 1F, 5, 7, 13A, 13B	Cx. de madeiras, madeiras e sacos de papel	65

continuação			
Nome da Fábrica	Situação	Proctudos fabricados	Nº Trab.
Penna & Antello	Villeta ⁹ , 127	Sabão	-
Dep. de mat. de construção	General Osório, 76,78	Serrar madeiras	4
A Moderna Italia	M. de Caxias ¹⁰ , 102 B	Massas	3
José M. Valorio	General Neto 95 D	Louça de Barro	1
A Industrial	Rua Uruguaiiana ¹¹ , 169	Massas alimenticias	4
M^a da Conceição C. Zaccaro	Andradas, 65	Massas alimenticias	2
A Indigena	General Portinho, 90 B	Bebidas e vinagre	6
Manoel Amado	24 de Maio, 180	Vassouras e espanadores	1
A Victoria	Marechal Floriano, 55	Calçados, fumo e café	60
Fabrica de Licores	Moron, 13 A	licores	-
Manoel da Silva Rolla	24 de Maio, 53	Louças de barro	-
Comp. A. Swift do Brazil	Novo Porto	Frig. Carne e conserva	2000
Vianna & Almeida	General Canabarro, 15	Café moido	2
Fabrica de Sabão	Moron, 2	Sabão grosso	2
Raul Lacerda Werneck	Yatahy ¹² , 17 A	Sabão e massas alim.	6
A Alliança	Rua Uruguaiiana, 39	Charutos e fumos	20
Cometa do Sul	Barão de Cotegipe, 42 A	Café moido	3
A' Rio Grandense	24 de Maio, 117	Café moido	1
Café Ideal	General Canabarro, 20	café	1
Fabrica de botões Esperança	General Bacelar, 12	Botões	30
F. de Mosaicos Aurélio Duváo	Barão de Cotegipe, 31 G	Tijoletas	2
Numero total de trabalhadores			4566
Fonte: Relatório da Intendencia Municipal do Rio Grande, 1918.			

Destaca-se que na Cidade Nova haviam três fábricas instaladas: Anselmi & Schimitt, Sociedade Comercial Industrial Rio Grandense, Llopert, Mata & C., todas ficavam na boulevard 14 de Julho (atual Avenida Portugal), o que evidenciava um ordenamento inicial na ocupação do bairro, que seguia o planejado, ou seja, as fábricas, os curtumes, o hospital de isolamento, o depósito de materiais fecais e o lixo da cidade ficariam no lado oeste do bairro (margens da Lagoa dos Patos) enquanto a ocupação dos terrenos pela população para outro lado (boulevard Buarque de Macedo).

[...] Para mostrar como é trabalhosa a remoção do lixo, basta dizer que o caminhão e as carroças respectivas fizeram, em 1925, 7877 carretos, sendo pelas carroças – 7651 – e pelo caminhão – 226. Todo esse lixo foi descarregado á beira mar, nos fundos do terreno presentemente ocupado pelas cocheiras do Asseio, onde estamos conquistando ao mar uma área.

⁹ Atual rua Napoleão Laureano, centro. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.

¹⁰ Atual rua Duque de Caxias, centro. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.

¹¹ Atual Avenida Silva Paes, centro. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.

¹² Atual rua Dr. Nascimento, centro. Fonte: Planta Geral da cidade do Rio Grande, 1904.

[...] Para mostrar como é trabalhosa a remoção do lixo, basta dizer que o caminhão e as carroças respectivas fizeram, em 1925, 7877 carretos, sendo pelas carroças – 7651 – e pelo caminhão – 226. Todo esse lixo foi descarregado á beira mar, nos fundos do terreno presentemente ocupado pelas cocheiras do Asseio, onde estamos conquistando ao mar uma área muito apreciável e de grande valor para o município e onde mais tarde poderão ser localizadas aquellas cocheiras, hoje em terreno particular.

ASSEIO DOMICILIAR

Esse serviço continua a ser feito muito satisfatoriamente apesar de se estender agora por uma zona, como a da Cidade Nova, onde difícil é o transito de vehiculos devido ás areias ali existentes. Como sabeis, é obrigatório agora o serviço de remoção de materiais fecaes, naquela zona, isto é, entre o boulevard Major Carlos Pinto e rua Teixeira Junior, e onde foram colocados 1584 cubos [...] (Relatório da Intendencia Municipal, 1926, p. 26).

Durante as primeiras décadas do século XX, o bairro Cidade Nova se caracterizou por apresentar péssimas condições sanitárias, problemas no abastecimento de água, iluminação deficiente, precário escoamento das águas pluviais. Além dos problemas urbanos, o aumento populacional no período exigia a necessidade de criação de escolas (PEDROSO, 2012, pp. 89-90), novas moradias entre outras melhorias.

3º momento - A estruturação do bairro Cidade Nova: segunda metade do século XX

O crescimento industrial e urbano do município do Rio Grande exigiu investimentos nas condições de infraestruturas, principalmente na Cidade Nova. Apesar da origem nas primeiras décadas do século XX, somente mais tarde o bairro começava a apresentar os efeitos dos investimentos que primeiro atingiram a Cidade Velha. Conforme Martins (2006, pp. 150-151) os melhoramentos acontecem com a implantação da luz elétrica, a rede de esgotos (que no transcorrer do ano de 1920 abrangia metade da Cidade Nova), a construção do canaleta da *boulevard* Major Carlos Pinto para facilitar a drenagem das águas pluviais (1924), os bondes elétricos encampados pela municipalidade em 1934 (do Porto ao Matadouro Municipal) posteriormente os ônibus urbanos (1939). Também foram fundadas no período escolas municipais e privadas. Entre as escolas privadas esta o Liceu Salesianos Leão XIII (1902) e Escolinha Jesus Maria e José (1937), funcionando como escola-igreja, que em 1951, passou a se chamar Escola São Luiz. As escolas públicas que surgiram no bairro foram: a Escola Agnela do Nascimento que teve sua origem na rua Teixeira Junior (1929), quando se chamava Escola 17, passando por

outras denominações como Reunida nº 2 (1931-1934), Graduada nº 1 (1935-1938), Escola Graduada Dona Agnella do Nascimento (1938) e finalmente Grupo Escolar Agnella do Nascimento (1946); o Grupo Escolar Miguel Couto, que iniciou com o nome de Escola Graduada Municipal (1940), passando para Grupo Escolar Estadual (1941)³; e E.M.E.F Clemente Pinto (1940).¹³

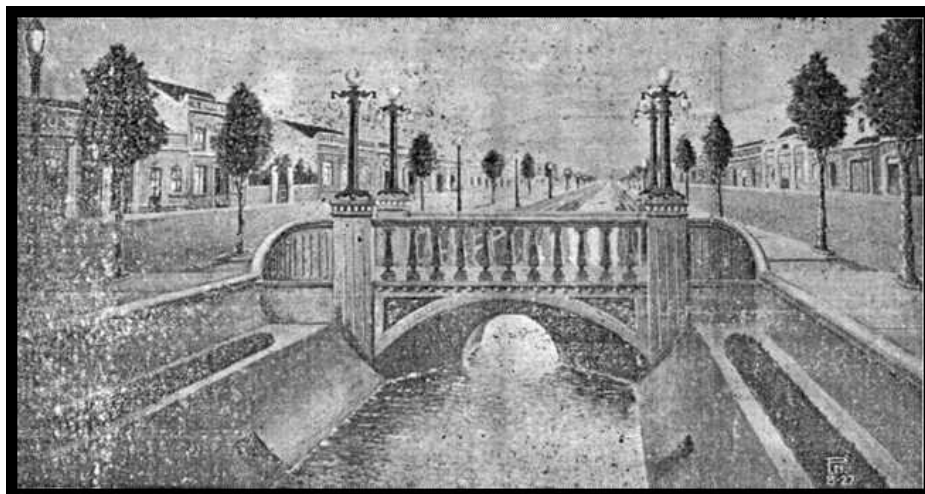


Figura 14: Canaleta da Major Carlos Pinto, antes da reforma (1930). Fonte: arquivo pessoal de Ciro Carneiro Filho.

Dessa forma a segunda metade do século XX é marcada pela estruturação do bairro Cidade Nova que sofre influências da nova dinâmica de crescimento do município e do setor industrial marcado pela decadência principalmente dos setores têxteis (como foi o caso da Ítalo-Brasileira que encerrou suas atividades em 1961 e a Rheingantz que nesse período diminui sua produção, decretando falência em 1968) e frigoríficos (Swift, fechada no final do decênio de 1950), e pelo desenvolvimento das indústrias de alimentos, especialmente de produtos agrícolas, pesqueiros, e químicas (MARTINS, 2006, p. 164). No bairro, as indústrias de alimentos se instalaram ao longo da Rua Avenida Portugal o que favoreceu o crescimento urbano e consequente ocupação da Cidade Nova.

Nos anos de 1970 ocorrem à construção do Distrito Industrial e os investimentos no Super Porto, dessa forma se alteram o perfil industrial do município, que passa a contar com uma área fabril fora da área urbana. Sobre o apogeu e crise da indústria pesqueira (1970/1980), Martins (2006, p. 204-205) resume:

¹³ Dados extraídos de documentos cedido pela 18ª Coordenadoria Regional de Educação.

A implementação da indústria pesqueira no município do Rio Grande havia se dado com a criação da SUDEPE na década de 1960 e com incentivos fiscais propiciados pelo Decreto-lei nº. 267, de 1967 [...]. Rio Grande dispunha de um parque industrial pesqueiro significativo [...]. O ápice do setor pesqueiro ocorreu no começo dos anos 80, quando operavam 27 empresas fabris nas diversas atividades [...]. Nesse período, o setor chegou a empregar 20.000 trabalhadores [...]. A crise do setor a partir da segunda metade da década de 1980 seria fruto de um complexo de fatores que resultaram na falência de boa parte das empresas instaladas.

As indústrias instaladas ao longo da Avenida Portugal vão sendo aos poucos desativadas, algumas desapareceram dando lugar a novos empreendimentos enquanto outras permanecem em ruínas ou sendo utilizadas em novas atividades, como foram os casos do Frigorífico Anselmi S.A. (Av. Portugal, 126) que encerrou suas atividades entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990, Indústria e Comércio Figueiredo S.A (Av. Portugal, 338) que encerrou suas atividades no ano de 1989, Manoel Pereira de Almeida S.A. Indústria e Comércio (Mal Deodoro, 1) encerrou suas atividades em 1992 e a Fábrica FR. Amaral (Av. Portugal) cuja a execução fiscal ocorreu em 1994 (AMARAL, 2011, p. 94-132).



Figura 15: Antiga Indústria e Comércio Figueiredo S.A, Avenida Portugal, 338. Fonte: Foto do autor.

A virada do século XX para o século XXI marca a Cidade Nova com um novo cenário: o desaparecimento das indústrias do bairro, que foram a base de formação e desenvolvimento local e o fortalecimento das atividades de comércio e serviços.

4º momento - A valorização: primeiras décadas do século XXI

A partir dos anos 80 do século XX, começaram a se intensificar em Rio Grande as construções verticais. Conforme Soares e Amaral (1997), os investimentos iniciaram com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) com financiamentos de empreendimentos estatais e de construtoras e empreendedoras particulares, que a partir de então surgem como grandes modeladores do espaço urbano em Rio Grande. O quadro a seguir se refere aos conjuntos residenciais construídos em Rio Grande, considerando o número de empreendimentos e o número de apartamentos em períodos de tempo (SOARES e AMARAL, 1997, p. 56).

Quadro 11: Número de empreendimentos verticais e apartamentos construídos até a década de 70 do século XX, e de 1970 até 1995.		
Período	Número de empreendimentos	Número de apartamentos
Até 1970	04	168
1971/1975	09	664
1976/1980	06	718
1981/1985	10	1816
1986/1990	03	144
1991/1995	04	32
Fonte: Soares e Amaral (1997, p. 56). Adaptado pelo autor.		

No bairro Cidade Nova os novos empreendimentos localizam-se principalmente na Avenida Portugal antiga área industrial que passa a ser também residencial, com a ocupação de alguns terrenos de antigas fábricas (SOARES e AMARAL, 1997, p. 58). A ocupação habitacional do lado oeste do bairro e o fechamento das fábricas daquela área dão os contornos iniciais das características da Cidade Nova do século XXI.



Figura 16: Condomínio Miguel Couto, primeiro empreendimento do bairro Cidade Nova, construído na década de 1970. Foto do autor (2015).

As primeiras décadas do novo século apresentam novas perspectivas para o município do Rio Grande. Depois de um período de estagnação econômica, a indústria naval surge para modificar a situação e começar um novo ciclo econômico no município, a possibilidade de geração de novos empregos e a provável elevação da renda da população, impulsiona a necessidade de novos investimentos principalmente na área de habitação, comércio e serviços que vão se concentrar principalmente no centro e no bairro Cidade Nova que definitivamente toma novos contornos com um crescimento de construções verticais e a proliferação de estabelecimentos comerciais e serviços.

CAPITULO 3

DO PRESENTE AO PASSADO, DOS CORTIÇOS AOS EDIFÍCIOS. AS TRANSFORMAÇÕES DAS FORMAS, FUNÇÕES E ESTRUTURAS NO BAIRRO CIDADE NOVA.

A história do bairro Cidade Nova sugere diversos caminhos para análise das transformações. Através do referencial estudado e a proposta de integrar as pesquisas empírica e teórica, o presente estudo apresenta as modificações das formas, funções e estruturas das moradias desse recorte, relacionando com os agentes modeladores que influenciaram nessa dinâmica através de um movimento que envolve o presente e o passado. Ao estudar a produção da habitação no bairro Cidade Nova, no município do Rio Grande, busca-se entender as relações entre as construções e as transformações do bairro, evidenciando o momento em que a moradia popular emergiu como um problema e descrever as principais tipologias habitacionais e a relação que estas mantiveram, ao longo do tempo, com a configuração do bairro e seus padrões de urbanização.

3.1. Bairro Cidade Nova: descrição do espaço urbano atual

Partimos de uma descrição do recorte espacial estudado, ou seja, de aspectos observados na Cidade Nova, um bairro valorizado devido ao crescimento urbano do município do Rio Grande impulsionado pelos recentes investimentos no Polo Naval que aumentaram a procura por moradias causando uma crescente mobilização do setor imobiliário com construções horizontais e verticais, assim como o fortalecimento das atividades de comércios e serviços espalhados pelo bairro.

Conforme censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Cidade Nova possui 13.523 moradores, espalhados pelas vinte e duas ruas e duas travessas do bairro. O levantamento realizado durante os trabalhos de campo mostram, no recorte estudado, 3.521 prédios e 42 terrenos sem construção ou baldios, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 12: Número de prédios por pavimento, distribuídos nas ruas do Bairro Cidade Nova no ano de 2014.

Ruas da Cidade Nova	Prédios por pavimentos no Bairro									
	0*	1	2	3	4	5	6	7	16	T
Major Carlos Pinto	1	54	28	3	3	-	-	-	-	89
Marechal Deodoro	2	113	48	5	4	-	1	1	-	174
Visc. Do Rio Grande	2	91	36	2	4	2	-	-	-	137
Caramuru	3	108	47	1	4	-	1	-	-	164
Cristóvão Colombo	-	105	48	6	2	1	-	-	1	163
Padre Feijó	1	82	45	-	-	-	-	-	-	128
Teixeira Junior	-	123	46	5	3	-	-	-	-	177
Marcílio Dias	-	110	49	3	1	2	-	-	-	165
Dom Pedro I	5	87	55	2	2	-	-	-	-	151
República	4	82	48	3	-	-	-	-	-	137
XV de Novembro	1	54	26	3	-	2	-	-	-	86
Av Portugal	2	59	43	3	4	-	-	-	-	111
Maua	5	153	66	5	3	-	-	-	-	232
Rio Branco	2	137	73	5	2	1	-	-	-	220
Av. Pelotas	-	125	59	4	3	-	1	-	-	192
Dr. Augusto Duprat	1	55	21	5	-	-	-	-	-	82
João Manoel	0	53	26	2	3	-	-	1	-	85
Bento Gonçalves	1	132	65	3	4	-	1	-	-	206
Dom Bosco	1	163	65	4	4	-	1	2	-	240
Tiradentes	5	141	83	4	3	-	1	-	-	237
General Abreu	5	156	64	4	2	-	-	-	-	231
Buarque de Macedo	1	74	35	4	2	-	-	-	-	116
Travessa C. Pinto	-	4	3	-	1	-	-	-	-	08
Travessa N ^a . S ^a . Graças	-	23	9	-	-	-	-	-	-	32
TOTAL	42	2284	1088	76	54	08	06	04	1	3563

Fonte: Dados coletados e organizados pelo autor, 2014.

*Terrenos baldios ou sem construção.

Ao andar pelo bairro podemos observar, através das construções, as transformações em curso, prédios novos convivendo com outros antigos que desvendam traços do passado e modelam a paisagem urbana atual. Porém a forma e a característica do bairro foram preservadas, com variações de estrutura durante o tempo, mas com sua ocupação determinada pelo poder público na sua gênese, assim as quatro avenidas, antes conhecidas como *boulevards*, (Avenida Major Carlos Pinto, Avenida Portugal, Avenida Buarque de Macedo e Rua XV de Novembro) se apresentam como vias de acesso fácil e rápido ao centro da cidade e meio de ligação das ruas, facilitando a circulação dentro da Cidade Nova.

A Avenida Major Carlos Pinto e a rua XV de Novembro que representam os limites entre o centro e as vilas do município, antigamente caracterizadas por “valas” na sua paisagem, hoje se apresentam totalmente remodeladas, se tornando ponto de encontro e lazer dos munícipes.

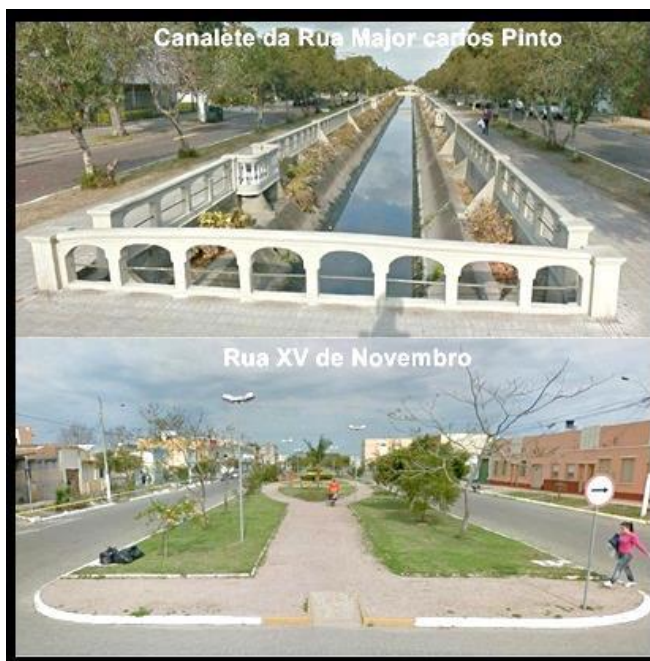


Figura 17: Canaleta da rua Major Carlos Pinto e rua XV de Novembro, em 2015. Fonte: Foto do autor.

A Avenida Portugal, onde se instalaram as fábricas (século XX), apesar de apresentar ainda marcas do passado, resultados das unidades fabris desativadas o que Martins (2010) apresenta como *friche*, transformou-se num local de expansão do comércio, serviços e construções imobiliárias. No outro extremo do bairro, esta a Avenida Buarque de Macedo, caracterizado, em sua gênese, como ponto de encontro e divertimento com o surgimento de clubes sociais como a Associação dos Empregados da Viação Férrea (AEFV) e a Associação Cultural Águia Branca, e clubes de futebol, o Sport Club Rio Grande e o Futebol Clube Riograndense.

A AEFV foi criada pela ata nº. 01 em 10 de abril de 1927, sua primeira sede foi na antiga rua Iatahy, 568 (atual rua Silva Paes), mudando-se para Avenida Buarque de Macedo em 24/12/1950¹⁴. Já a Associação Cultural Águia Branca, foi fundada por um grupo de poloneses em 05 de julho de 1896. A Sociedade comprou um terreno na rua Marechal Deodoro esquina com a rua General Abreu em 12 de março de 1904, onde foi construído sua sede. Até o ano de 1965 o quadro social era restrito aos poloneses e seus descendentes, mas a partir da reformulação do estatuto, passou a aceitar sócios independentemente de suas origens étnicas e cujo quadro social chegou a ter mais de 4.000 sócios¹⁵.

¹⁴ Informações do secretário da AEFV, Sr. João Mattos, no dia 02/07/2015.

¹⁵ Polonicus – revista de reflexão Brasil-Polônia. Disponível em: <http://www.polonicus.com.br>, acessado em: 03/07/2015

O Sport Club Rio Grande, clube mais antigo do futebol brasileiro, foi fundado em 19 de julho de 1900 no clube Germânia, por Johannes Christian Moritz Minnemann, alemão, nascido em Hamburgo em 1875. No dia 4 de novembro de 1904, o clube encaminhou à Intendência Municipal de Rio Grande um pedido para comprar um terreno na *boulevard* Buarque de Macedo, que viria a ser o Estádio das Oliveiras. O Sport Club Rio Grande foi o primeiro clube brasileiro a dispor de um terreno próprio para a prática do futebol. Em 1978, em dificuldades financeiras, e na divisão de acesso do futebol gaúcho, vendeu o Estádio de um hectare de área na Avenida Buarque de Macedo, sendo adquirida uma área distando seis quilômetros da sede municipal com vinte e seis hectares, local do atual Centro Esportivo Arthur Lawson¹⁶. O FC Riograndense, fundado em 11 de julho de 1909, foi criado por um grupo de alunos da Escola Riograndense do professor Ernest, e teve seu primeiro jogo oficial disputado no dia 24 de junho de 1910 contra uma equipe local. O Estádio do clube, Torquato Pontes ficava na *boulevard* Buarque de Macedo (ao lado do Estádio da Oliveiras). No ano de 1985 foi inaugurado o novo Estádio Torquato Pontes, conhecido como “Colosso do Trevo”, construído próximo ao Trevo de acesso a cidade pelo Grupo Joaquim Oliveira, mediante permuta do antigo estádio. O texto publicado pelo Professor Dr. Luiz Henrique Torres, no caderno Memórias & História, no Jornal Agora, na edição 9720, do dia 31 de agosto de 2010, descreve o antigo estádio:

O jornalista Paulo Acosta, escreveu um texto apaixonado sobre o clube da camiseta vermelha e amarela, um texto que traz lembranças que foram vivenciadas por muitos torcedores: “Ali, na Buarque de Macedo, onde hoje se amontoam apartamentos, era o Torquato Pontes, um estadinho cercado de uma mureta cheia de buracos em círculos redondões e uma tela em volta dele. Do lado de cá, um pavilhão de madeira. Do lado de lá, arquibancadas de madeira. No terreno da esquerda, o vizinho vovô, Sport Clube Rio Grande. No terreno da esquerda, como diziam os locutores, os próprios da municipalidade. Ali, pela mão de meu pai, eu comecei a viver o futebol”.

¹⁶ Informações do presidente do SC Rio Grande, Sr. Michael Lawson, em 05/06/2015.



Figura 18: Área onde estavam localizados o antigo Estádio Torquato Pontes do Futebol Clube Rio Grandense e Estádio das Oliveiras do Sport Club Rio Grande. Fonte: Imagem do Google Earth, adaptado pelo autor.



Figura 19: Estádio Torquato Pontes do Futebol Clube Riograndense, década de 1980 (esquerda) e Estádio das Oliveiras do Sport Club Rio Grande, 1936 (direita). Fonte: Foto arquivo do autor.

Hoje a Avenida Buarque de Macedo se caracteriza pela presença de bares, lancherias e casas noturnas. Na pesquisa de campo (2014) foi constatada a existência de cinco lancherias, quatro restaurantes, quatro casas noturnas, um bar, um clube social e oito trailers de lanches localizados nos canteiros ao longo da avenida.



Figura 20: *Trailers* de lanches localizados no canteiro central da Avenida Buarque de Macedo. Fonte: foto do autor.

A rua Cristóvão Colombo uma das mais tradicionais e historicamente aquela que tinha o maior número de comerciantes, ainda hoje preserva suas características, como mostra o levantamento realizando no trabalho, são 85 estabelecimentos entre comércio e serviço: salão de beleza (5), padaria (3), bar/mercearia (3), imobiliária (2), *lan house* (1), garagem coletiva (3), concerto / eletrônica (1), escapamento de carros (2), aluguel de decorações para festa (1), representantes de sorvete e picolé (1), auto peças (7), restaurante (4), motoboy (1), chaveiro (1), serviços e equipamento de solda (1), floricultura (3), auto elétrica (1) escritório de recursos para multa de veículos (1), cortes de Carnes especial (1), escritório de engenharia (1), oficina mecânica de carros (2), lotérica (2), loja de confecção (4), moto peças (1), posto de gasolina (1), escritório de advogado (1), bazar / Lojinha de miudeza (2), doceira (1), mecânica de vidros de carro (1), lava jato (2), festas / produções / eventos (3), lavanderia (1), som para carro / venda e serviços (2), *pet shop* (1), lancheria / pastelaria (2), comércio de bebidas (1), malharia (1), box e vidros (1), casa de Tinta (1), loja de móveis (1), ferragem (2), filme para carro (1), casa de Bateria (1), consultório de fisioterapia (1), casa de parafusos (1), inox – concerto e

venda (1), clínica veterinária (1), loja de rolamentos (1), loja de pneus (1), depósito de materiais de construção (1).



Figura 21: Rua Cristóvão Colombo, entre Avenida Buarque de Macedo e rua General Abreu. Fonte: Foto do autor (2015).

No Bairro Cidade Nova predominam moradias de classe média e alta, a maioria dessas construções estão localizada entre a Avenida Major Carlos Pinto e rua Cristóvão Colombo, onde os prédios seguem com seus padrões originais, ou seja, casas construídas em terrenos amplos, que com o passar do tempo foram subdividindo-se para abrigar novas famílias ou serem utilizadas como local de trabalho e/ou comércio. Esse recorte do bairro corresponde às primeiras quadras ocupadas, onde foram priorizadas as obras de infraestrutura como, por exemplo, água, luz elétrica, esgoto e calçamento, desta forma é a parte mais valorizada do bairro.

Apesar das novas construções surgidas no bairro principalmente nos últimos anos, ainda podemos encontrar resquícios do passado que caracterizaram o bairro Cidade Nova como subúrbio, por exemplo: as feiras de rua que acontecem aos domingos na rua Visconde do Rio Grande e as de quartas-feiras na rua Teixeira Junior; a Praça Saraiva, que continua sendo o ponto de encontro de práticas esportivas e lazer dos moradores; as escolas de ensino Liceu Salesianos Leão XIII, Agnela do Nascimento e Clemente Pinto; as missas nas igrejas: Nossa Senhora Auxiliadora e Paroquial Sagrada Família; prédios antigos como o da Estação Ferroviária que manteve sua forma visual, mas hoje com outras funções (secretarias municipais, sambódromo, centro de eventos) e o prédio da Casa da Criança que

continua atuando na saúde dos moradores; os botecos de esquina, que embora em menor número, ainda fazem parte da paisagem do bairro.



Figura 22: Botecos de esquina no bairro Cidade Nova. Fonte: Foto do autor (2015).



Figura 23: Feira na rua Teixeira Junior, entre as ruas Visconde de Mauá e Avenida Portugal. Fonte: Foto do autor (2015).

3.2. Os agentes sociais e as transformações das moradias no bairro Cidade Nova da sua gênese até início do século XXI

Ao analisar a forma de produção do espaço no bairro Cidade Nova surgem agentes que se apropriam e interferem na sua dinâmica. O principal deles é o Poder Público Municipal que atua diretamente na gênese do bairro, planejando seu formato, determinando as regras de ocupação, interferindo na sua estruturação, gerando condições na atuação e reprodução de outros agentes que modelaram esse espaço urbano. Assim na gênese da Cidade Nova, o Poder Público ao determinar que as terras planejadas fossem aforadas e seus donos teriam que realizar bem feitorias nos terrenos, seleciona os proprietários da terra, que num primeiro momento aparecem como especuladores e para obter o maior lucro possível amontoam peças nos terrenos alugando principalmente para os operários que trabalhavam nas indústrias locais, constituindo assim os becos e os cortiços.

O crescente combate aos cortiços, devido à falta de condições higiênicas e a proliferação de doenças, ou um novo modelo de construção no bairro: as vilas de casas e as casas em fitas ou germinadas. Nesse momento de afirmação do bairro, a especulação dá lugar ao investimento, com casas melhores e, por conseguinte aluguéis mais caros. É o período de expansão do município com o surgimento de vários loteamentos adiante da Cidade Nova, novos bairros começam a aparecer. O Poder Público Municipal atua com melhorias na infraestrutura do bairro, valorizando e tornando mais oneroso a moradia. O loteamento de terrenos na periferia e a expansão dos meios de transportes fazem com que aqueles que têm menores condições financeiras (pobres e operários) saíssem da Cidade Nova, selecionando os moradores.



Figura 24: Casas em fitas (esquerda), Marechal Deodoro esquina Dom Bosco e Vila Ilza (direita), rua Rio Branco, entre Colombo e Caramuru. Fonte: Foto do autor.

A partir da segunda metade do século XXI, a crescente expansão do setor imobiliário acelera a busca por espaços que possibilite maior lucratividade, isso acontece principalmente a partir de 1964 com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) (MARICATO, 1987). A criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) em 1997 se deu em meio a uma crise econômica no Brasil, que ocasionou a extinção do BNH e grandes dificuldades no setor imobiliário residencial. O SFI proporcionou a articulação entre capital imobiliário e o capital financeiro, impulsionando o crédito imobiliário no país com o uso das aplicações financeiras nas empresas que atuavam no setor imobiliário, especialmente nas incorporadoras.

O SFH possibilitou a capitalização das empresas ligadas à provisão de habitações, permitiu a estruturação de uma rede de agentes financeiros privados, permitiu a realização do financiamento a produção e também o financiamento do consumo. O longo tempo de giro do capital na produção e o longo tempo de circulação da mercadoria habitação foram aliviados por meio da entrada desses recursos. A política de concentração da renda levada a efeito durante o período assinalado viabilizou a ampliação de um mercado imobiliário para a provisão de residências de tipo capitalistas. O mercado de terras urbanas também se modificou com o funcionamento do SFH, principalmente porque a hipoteca para o financiamento passou a ser o futuro edifício e não o terreno, como era prática anterior. Dessa forma o mercado de terras fica mais atrelado ao setor produtivo imobiliário (MARICATO, 1987, p. 30).

É neste contexto que acontece o crescimento de construções vertical no bairro Cidade Nova, evidenciado pelo crescente surgimento de condomínios residenciais.



Figura 25: Edifício localizado na rua João Manoel esquina Mal Deodoro (esquerda) e Edifício localizado na rua Rio Branco esquina Visconde do Rio Grande. Fonte: Foto do autor.

3.2.1. Os cortiços e os becos

O Poder Público é o principal modelador do espaço na Cidade Nova, planejou a forma de disposição dos terrenos e ruas, os locais destinados às fábricas, o Lazareto, o depósito de materiais fecais, a Praça Saraiva e a Estação Ferroviária. Também definiu que o bairro seria formado de proprietários de terras e operários inquilinos, quando determinou que os terrenos fossem aforados e seus donos deveriam realizar benfeitorias, descartando os pobres e operários, seja pelos baixos salários ou pela falta de iniciativa que facilitasse a ocupação dos terrenos para os mais necessitados.

TERRENOS EXTRAMUROS

Depois de ter esta Camara mandado levantar uma planta dos terrenos devolutos situados além das trincheiras, entre as margens oriental e occidental que bordam a península em que esta situada esta cidade até uma légua de extensão, e já concedida a ella em 28 de agosto de 1834, pelo Conselho Administrativo da Provincia, resolveu em fevereiro de 1878 pedir ao Governo Imperial lhe fossem cedidos para seu patrimônio, aqueles terrenos, dos quaes fez acompanhar da referida planta, já determinando nella as quadras e ruas em continuação desta cidade, além da estrada que vai ao interior do município, boulevards no centro até a hydraulica, e na direção de uma praia a outra. [...] recebendo-se da Presidencia da Provincia, em officio de 4 de junho d'aquelle ano, o titulo dos terrenos, em

virtude do aviso do Ministério d'Agricultura, datado de 22 de maio do mesmo ano. Foi logo resolvido observar o que determinou aquelle aviso, illiminando-se da plantas as quadras ns. 43,44,52 e 53, que foram substituídas por espaços suficiente para uma praça. [...] Vencidas assim as dificuldades que se apresentaram, só resta agora proceder na forma do art 42 da lei de 1º de outubro de 1828, mandando avaliar os referidos terrenos para serem aforados ou vendidos, como melhor entenderdes á bem das conveniências Municipaes. [...] Para um melhoramento de tanta magnitude como uma estrada de ferro, além do direito que assiste, deve-se desde já guardar a preferencia, e não aforar ou vender estes terrenos, sem que seja primeiro resolvido sobre os que forem necessários á referida estrada. Considero como um dos melhores serviços prestados á Municipalidade neste quadriênio, a obtenção destes terrenos para patrimônio dela, porque aforados eles, sera imenso o rendimento anual que d'ahi lhe virá, além do laudêmio cobrado sobre as transferências que se fizerem.

DEMOLIÇÃO DAS TRINCHEIRAS

[...] Pedindo-se pois, ao Governo ordenasse a demolição das referidas trincheiras, foi a Camara atendida imediatamente, como se vê do aviso de 5 de novembro de 1878, do Ministerio da Guerra. Mais da metade destas trincheiras já se acham demolidas, devendo o restante delas selo em muito breve praso. (Relatorio da Camara Municipal do Rio Grande, 1881 – p. 16).

A pesquisa identificou poucos registros sobre as primeiras formas de moradias no bairro Cidade Nova, mas as que existem identificam os cortiços como habitação comum no início do século XX, como mostra publicação no jornal Echo do Sul:

Localizados em casebres infectos, sem ar, sem luz, sem água, sem cubos, desprovidos de toda a higiene, servindo de preferêcia para a residência das classes mais baixas, abrigando três e quatro pessoas num só compartimento, só podem ser de efeitos danosos para a população (ECHO DO SUL, 26 dez. 1902, p. 01).

Quaresma (2012) destaca que o perímetro urbano de Rio Grande do início do século XX, possuía inúmeros casebres utilizados como moradia e localizou alguns cortiços na Cidade Nova:

[...] ruas Marechal Deodoro nº 36, 38 e 65; Visconde do Rio Grande nº 3; Tiradentes nº 16 e Boulevard Buarque de Macedo nº 16. Na visão de Raquel Padilha da Silva (2009), as pessoas habitavam esses alojamentos por necessidade, haja vista que: [...] morar perto dos centros urbanos facilitava os acessos às atividades laborativas, diminuía o trajeto de deslocamento, além do principal atrativo que era o preço do aluguel, muito menor do que o de uma casa. Mas, isso não significava que seu valor fosse baixo, muito pelo contrário era bastante alto pelos poucos atrativos que possuía como a falta de saneamento, ínfimo espaço e falta de arejamento, no entanto, eram as únicas alternativas das populações mais carentes (QUARESMA, 2012, p. 101).

Conforme Blay (1985, p. 66-68) o cortiço ocupava uma área no interior do quarteirão com um portão lateral e um estreito e cumprido corredor levando até um pátio, para onde se abrem portas e janelas de pequenas casas enfileiradas, que raramente possuem mais de três metros de largura, cinco a seis metros de fundo e com 3 a 3,50 metros de altura. Na área livre existia um ralo para esgoto, uma torneira para água, um tanque e uma latrina, tudo para uso coletivo. O autor apresenta outros tipos de habitações desse período:

A casinha

É um “prédio independente, com a frente para a rua pública e apenas considerada cortiço pelo seu destino e espécie de construção” [...] pequena, sem ventilação, de má qualidade. Quanto ao destino, são casas para operários.

O hotel-cortiço

É uma “espécie de restaurante onde a população operária se aglomera à noite, já em aposentos reservados, já em dormitórios comuns”. São quartos pequenos, abrigando muitos “operários sem família”.

Prédios em sobrado convertidos em cortiço

São sobrado cujos primitivos aposentos foram divididos e subdivididos e onde se alojam numerosas famílias

Vendas com cômodos nos fundos

Estas vendas contêm “nos cômodos dos fundos aposentos para aluguel e estes, de ordinário, nas piores condições de asseio, posição e capacidade” (BLAY, 1985, pp. 68-69)

Assim, estabelecidos com o aval do poder públicos os proprietários urbanos se apresentam como importantes agentes na produção de moradias a partir do início do século XX, são especuladores de uma terra destinada a moradores menos favorecidos economicamente, desprovido de infraestrutura, mas com a facilidade de manter a propriedade, e o custo baixo na construção de habitação determinavam a manutenção do investimento. Conforme Ribeiro (1997, p.146), o proprietário urbano exerce um papel importante na produção de moradias, em detrimento do capital, o que se traduz pela predominância da renda sobre o lucro.

Sobre as formas de produção, Ribeiro (1997, p.156), as define pelas combinações entre três agentes: proprietários fundiários, capitalistas e usuários. No caso da Cidade Nova identificamos o proprietário capitalista e não usuário:

Esta forma surge quando é o proprietário do terreno quem assegura a transformação do uso do solo e/ou produção de moradias, para tanto investindo um capital. O que orienta sua ação é a busca de apropriação de uma renda imobiliária ou fundiária. Ela pode expressar-se nas seguintes formas: [...] a construção para alugar à classe operária um conjunto de moradias precárias, produzidas com material muitas vezes já utilizados e com a superutilização dos terrenos (RIBEIRO, 1977, p. 157).

Na busca por caracterizar as moradias do bairro Cidade Nova nas primeiras décadas do século XX, o Sr. João Batista Schimitt Filho trouxe importante colaboração.

“Vim morar no bairro Cidade Nova com minha família, pai, mãe e 10 irmãos. Meu pai trabalhava na livraria Americana e na década de 1930 comprou dois lotes aqui na rua Dr. Augusto Duprat (entre Teixeira Junior e Marcilio Dias), num lote construiu um chalé de madeira e no outro usávamos para plantação e criação de animais. Lembro-me do bairro a partir da década de 1940, quando estudava no colégio São Francisco e atravessava diariamente, praticamente todo o bairro. Da rua Colombo em direção ao centro, as ruas eram calçadas e haviam poucas casas de madeira. A maioria era de material, ao contrario, da Colombo em direção a minha casa, era tudo areia e casas de madeira. Nessa época quem morava depois da Colombo era considerado classe média (elite) e para cá da Colombo os pobres. Nesse período quem tinha um status, emprego ou era de família tradicional, morava para além da Colombo e para baixo ficavam os trabalhadores (operários).[...] Lembro que as moradias do bairro Cidade Nova eram populares, eram quartos, quase sempre únicos, construídos em fileiras aos fundos de terrenos, que chamavam de beco. As casas eram conhecidas como cortiços, com os tanques e as instalações sanitárias no pátio para uso comum. [...] Lembro do “BECO DO HUGO” que ficava na rua Bento Gonçalves, onde hoje é o Sindiferti, era uma espécie de barracão comprido com telhado único e dividido em peças, ocupava o lado do terreno deixando um corredor, tinha banheiro coletivo e durou mais ou menos até o início da década de 1964. “BECO DA TRAIRA” na rua República, entre Avenida Portugal e Visconde de Mauá, também havia um beco na Rua Teixeira Junior que era do português José Duarte, responsável pela construção e aluguel, sendo que este existe até os dias de hoje”.



Figura 26: “Beco” – Rua Teixeira Júnior, 225/235. Fonte: Foto do autor.

Podemos observar na fala do Sr. Schimitt que por volta da metade do século XX, os cortiços e becos ainda existiam, mas estavam localizados após a rua Teixeira

Junior, em direção a XV de Novembro. A parte do bairro que ficava entre Teixeira Junior e *Boulevard* Major Carlos Pinto era aquela destinada para os mais favorecidos economicamente, sendo que as ações do poder público sempre foram nesse sentido desde a gênese do bairro, nessa linha, podemos citar como exemplo que a posse aos primeiros proprietários foi dada a cinquenta quadras, seis entre a *boulevard* Major Carlos Pinto a rua Teixeira Junior e nove entre *boulevard* 14 de julho (Av. Portugal) e *boulevard* Buarque de Macedo, retirando as quatro quadras da Praça Saraiva formam as cinquenta quadras. Também podemos ver que a coleta de materiais fecais acontecia até a rua Teixeira Junior.

A autorização concedida pelo governo em 4 de junho de 1878, á Camara, para aforar os terrenos sitos além das extintas fortificações, começou a ser utilizadas em 20 de setembro do anno findo. Cincoenta quadras da nova cidade foram já concedidas, por aforamento, e já de muitos tem sido dada a posse aos respectivos concessionários. (Relatório Municipal de Rio Grande, 1883, p. 4).

Como sabeis, é obrigatório agora o serviço de remoção de materiais fecaes, naquela zona, isto é, entre o boulevard Major Carlos Pinto e rua Teixeira Junior, e onde foram colocados 1584 cubos [...] (Relatório Municipal de Rio Grande, 1926, p. 26).

Dessa forma a distribuição das moradias no bairro foi acontecendo de duas formas bem delineadas, enquanto que nas quadras entre rua Colombo e Avenida Major Carlos Pinto, eram de melhor qualidade (maioria de alvenaria), depois dessa área delimitada até a XV de Novembro os cortiços se expandiam, eram construções de madeira (casas e barracões) no que os moradores da época chamavam de becos.

Quadro 13: Construções e reconstruções de moradias na cidade velha e na Cidade Nova no período de 1913 a 1924.		
EXERCICIO	ESPECIFICAÇÕES	
	CIDADE	CIDADE NOVA
1913/1914	83 alvenaria 12 galpões	34 alvenaria 51 madeira 12 galpões
1914/1915	29 alvenaria 12 alvenaria (reconst) 8 galpões	24 alvenaria 17 madeira 19 galpões
1915/1916	14 alvenarias 15 alvenaria (reconst) 11 galpões	11 alvenaria 6 alvenaria (reconst) 9 madeira 7 galpões

continuação		
EXERCÍCIO	ESPECIFICAÇÕES	
	CIDADE	CIDADE NOVA
1916/1917	11 alvenaria 4 alvenaria (rec) 9 galpões	5 alvenarias 6 madeira 5 galpões
1917/1918	13 alvenaria 5 alvenaria (rec) 8 galpões	2 alvenaria 2 madeira 8 galpões
1918/1919	16 alvenaria 1 alvenaria (rec) 2 galpões	2 madeira 3 galpões
1919	3 alvenaria 3 alvenaria (rec) 6 galpões	2 galpões
1920	16 alvenaria 9 alvenaria (rec) 6 galpões	2 alvenarias 4 madeira 9 galpões
1921	13 alvenarias 6 alvenarias (rec) 9 galpões	3 alvenarias 1 alvenaria (rec) 9 madeira 12 galpões
1922	6 alvenarias 6 alvenarias (rec) 8 galpões	12 alvenarias 42 madeira 20 galpões
1923	11 alvenarias 9 alvenarias (rec) 5 galpões	13 alvenarias 2 alvenarias (rec) 81 madeira 24 galpões
1924 (1º sem)	21 alvenaria 5 alvenaria (rec) 5 galpões	9 alvenarias 41 madeira 15 galpões

Fonte: Relatório da Intência Municipal, 1924, p.12. Organizado pelo autor.

Analisando o quadro acima se verifica que as construções de alvenarias são maioria na cidade (velha) onde de madeira só os galpões, enquanto na Cidade Nova predominam as construções em madeira. Conforme relato do Sr. João Batista, a partir da rua Colombo em direção ao centro às casas eram de alvenaria, então podemos afirmar que essas construções eram destinadas as classes mais altas da sociedade, enquanto as casas de madeira e os galpões, também usados para moradia eram investimentos dos proprietários de terrenos no bairro para a formação dos becos e cortiços destinados aos pobres e operários.

A partir da década de 1930, novos bairros começam a surgir adiante da Cidade Nova, também é nesse período que começam as discussões sobre moradias, principalmente no combate aos cortiços, o discurso sanitaria eleger essas formas de moradias como a causadora de epidemias. Mas a preocupação se

restringiu a uma parte da Cidade Nova, aquela mais valorizada, onde os cortiços foram extintos. Na parte do bairro após a rua Colombo em direção as vilas eles aumentaram, e os pobres começaram a se afastar do centro da cidade e estabelecer-se na periferia, com aval do poder público que criou condições para isso, ao dotar de infraestrutura como calçamento, esgoto, água, luz a parte do bairro mais próxima do centro e deixando que os bicos se formassem na outra parte, assim como os investimentos em transporte público.

3.2.2. As vilas e as casas em fita

Conforme estudos realizados durante a pesquisa, apresentado no primeiro capítulo da dissertação, e das análises realizadas durante os trabalhos de campo no bairro Cidade Nova, definiremos vila como um conjunto de casas iguais, voltadas, para uma rua interna e casa em fita ou geminada como três ou mais casas iguais, voltadas para o passeio público e, predominantemente, sem recuos laterais e com cobertura contínua.

A busca de uma habitação mais salubre tanto pelo Poder Público quando pelos higienistas deram origem a várias modalidades de moradias para aluguel. No caso da Cidade Nova essas novas construções surgem antes na parte mais valorizada do bairro (entre a rua Cristóvão Colombo e Avenida Major Carlos Pinto), entre elas se destacam as vilas de casas e as casas em fita (geminadas). Conforme Bonduki (1998, p. 47) surgiram diversas leis que previam incentivos fiscais para estimular as novas construções e permitir um aluguel mais baixo, porém só tiveram acesso a essas moradias aqueles com alguma qualificação, funcionários públicos, comerciários e outros da baixa classe média. A seguir o autor diferencia o tipo de habitação, sendo o cortiço-corredor habitado por trabalhadores pobres e que os corredores de casas geminadas no alinhamento da rua eram ocupadas pelas classes médias (BONDUKI, 1998, p. 52). Observando as habitações no bairro Cidade Nova podemos verificar que as vilas de casa e as casas geminadas ou em fita, na sua maioria estão localizadas após a rua Cristóvão Colombo em direção a Avenida Major Carlos Pinto, confirmando o que disse o Sr. João Batista Schimitt Filho: “Nessa época quem morava depois da Colombo era considerado classe média (elite) e para cá da Colombo os pobres. Nesse período quem tinha um status, emprego ou era de família tradicional, morava para além da Colombo e para baixo ficavam os trabalhadores (operários)”.



Figura 27: Casas em Fita, em cima: rua Caramuru esquina Rio Branco, em baixo: rua João Manoel esquina Visc. Do Rio Grande. Fonte: Foto do autor.

Para Bonduki (1998, p.53-54), vila e cortiço-corredor eram semelhantes, apontando como maior diferença a localização dos banheiros e tanques, enquanto nas vilas eram individuais e ficavam nos fundos das casas, nos cortiços eram coletivos e localizados na área comum, conforme o autor o cortiço transformava-se em vila e o aluguel podia ser aumentado.



Figura 28: Em cima, Vila Ondina, rua Visconde do Rio Grande. Em baixo, vila de casas na rua Buarque de Macedo. Fonte: Foto do autor.

Conforme censo do IBGE de 1950, sobre as formas de moradias na zona urbana do Rio Grande, 2.897 eram próprias e 5.144 eram alugadas. Os dados mostram que o investimento em casas de renda era a preferida para aplicação do capital. Segundo Ribeiro (1997, p.232) até a década de 1930 o capital imobiliário se destinava a produção fundiária e a produção de moradias ficava com os pequenos investidores, o que o autor denomina de produção pequeno-burguesa, o que considera como um sistema de transição para a produção capitalista, quando ocorre o surgimento do capital de incorporação.

A expansão do município do Rio Grande (a partir de 1940) com o surgimento dos bairros periféricos (conhecido como vilas) e a falta de programas habitacionais fez com que surgisse um novo modelo de habitação: a autoconstrução. Conforme Ribeiro (1997, p.269) até os anos de 1960 não existia no Brasil um sistema financeiro habitacional, sendo que a concessão de créditos era realizada por entidades como: Caixa Econômica, Instituições de Previdência Social e organizações privadas e particulares. Sobre a construção de novas moradias no município do Rio Grande, o relatório da Prefeitura Municipal do Rio Grande (1949, p. 29-30) apresenta a construção de quarenta e nove casas com a participação da caixa de aposentadoria dos Ferroviários e dos Servidores Públicos, oitenta e duas casas pela Fundação das Casas Populares sendo trinta casas financiadas pela Prefeitura. Também aparece no relatório a construção de moradias pelo Serviço Social da Indústria, cinquenta casas pelo instituto dos Marítimos, de trinta a quarenta casas pelo Instituto dos Comerciantes, quinze casas financiadas pelo Instituto dos Industriários. Sobre as licenças de obras a Prefeitura Municipal concedeu em 1949, novecentos e vinte e seis, 40% a mais que no ano anterior (666).

3.2.3. As construções verticais

Os dados apresentados no quadro 5 (p.40) mostram que a população do Rio Grande praticamente dobrou entre os anos de 1940 (60.802) e 1970 (116.488), causando um grave problema de falta de habitação na cidade.

Nosso problema de carência de habitações é crucial. Não há milímetro de exauro nesta assertiva, bastando contemplar os casebres existentes no terreno oeste do novo Porto para comprová-la. De resto a, zona regularmente edificada da cidade está superlotada, sendo comum os casos de um prédio residencial abrigar várias famílias. Pessoalmente, verificamos diversos casos de casais de dois e até cinco filhos viverem em duas e até

uma única peça. [...] Conforme levantamento em Outubro do ano passado existiam 2.070 casas, com 7855 habitantes (RELATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1948, p. 20-21).

Os problemas enfrentados pela municipalidade não eram diferentes do que estava acontecendo no Brasil nesse período. Os dados do quadro 1 (p.28) refletem essa realidade, observamos que a população urbana do país entre 1940 (10.891.000) e 1970 (52.905.000) mais que quintuplicou, o urbano se transformou em problema devido ao crescimento de sua população. Nesse sentido se fazia necessário uma reestruturação das cidades na regulação do também crescente mercado de terras, o que insidiou na necessidade de intervenção governamental.

Com a finalidade de formular uma política nacional de habitação e de planejamento territorial, para estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda, entra em vigor em 21 de agosto de 1964 a lei 4380, que:

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências (BRASIL, 1964).

Várias outras leis e mecanismos foram criados pelo Governo Militar brasileiro no sentido de fomentar e regular ações, entre elas, destaca-se a lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e regula as relações entre incorporadores, construtores e compradores.

Depois de uma grande crise econômica e intervenção do Estado no BNH, o decreto lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, extinguiu o Banco Nacional da Habitação. A busca pela solução da crise no setor habitacional levou a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997), o projeto da sua instituição já estava sendo desenvolvido desde o início da década de 1990, como um mecanismo para inserção do setor imobiliário no setor financeiro, que encontrou no imobiliário uma maneira de reproduzir o capital. A passagem do dinheiro da indústria para o financeiro-imobiliário (especialmente para uso residencial) indicava que as construções nas cidades eram cada vez mais para as atividades empresariais e menos para as necessidades humanas, ou seja, favorável

ao investimento (reprodução do capital), período de expansão do crédito imobiliário e entrada de incorporadoras no circuito do capital financeiro.

É nesse contexto que acontece o aumento do número de construções verticais no bairro Cidade Nova, com o surgimento de condomínios de dois e mais pavimentos. Conforme Soares e Amaral (1997, p. 54-55) apenas um condomínio foi construído em Rio Grande antes da ditadura militar (Conjunto dos Bancários em 1955), entre os anos de 1968 e 1995 foram 35 empreendimentos, com cerca de 4.000 unidades habitacionais nos condomínios verticais. No bairro Cidade Nova os empreendimentos começaram a surgir na década de 1970, na Avenida Portugal com o Condomínio Miguel Couto, de quatro pavimentos. O quadro a seguir apresenta alguns condomínios localizados no bairro Cidade Nova e o ano de seu cadastro junto a Prefeitura Municipal.

Quadro 14: Datas de cadastros de condomínios localizados em ruas do bairro Cidade Nova.	
Endereço	Ano de lançamento
Dom Bosco, 279	1973
Av. Portugal, 224	1975
Cristóvão Colombo, 411	1976
Republica, 628	1977
Dom Bosco, 145	1978
Tiradentes, 124	1978
João Manoel, 43	1980
Caramuru, 510	1981
Dom Bosco, 105	1981
Dom Pedro I, 546	1981
Quinze de Novembro, 465	1981
Teixeira Júnior, 232	1981
Tiradentes, 486	1981
Visc. do Rio Grande, 233/235	1981
Dom Pedro I, 455	1982
Av. Portugal, 497	1982
Teixeira Júnior, 299	1982
Tiradentes, 269	1983
Avenida Pelotas, 165	1983
Marcilio Dias, 213/215	1983
Caramuru, 647	1984
Teixeira Júnior, 295	1984
Visc. do Rio Grande, 467/471	1984
Av. Buarque de Macedo, 34	1986
Republica, 563	1987
Republica, 645/647	1987
Travessa Clemente Pinto, 444	1987
Visc. de Mauá, 434	1987
Visc. de Rio Branco, 283	1987
Av. Major Carlos Pinto, 326	1988
Caramuru, 354	1988
Cristóvão Colombo, 598	1989

continuação	
Endereço	Ano de lançamento
Marechal Deodoro, 521	1992
General Abreu, 188/190	1996
Marcilio Dias, 428/430	1998
Visc. do Rio Grande, 316	1999
Marechal Deodoro, 479	2002
Av. Buarque de Macedo, 226	2004
Av. Major Carlos Pinto, 254/256	2004
Marechal Deodoro, 347	2005
Republica, 222	2005
Visc. de Mauá, 429	2005
Av. Portugal, 312	2013
Caramuru, 381	2013
Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande, Secretaria da Fazenda, maio de 2015.	

Podemos observar no quadro 14 que 59,09% dos condomínios foram cadastrados durante a década de 1980 e apenas 27,30% depois do ano de 1990. Para Soares e Amaral (1997, p. 57) o maior número de apartamentos foi construído no período de 1981-1985, final da ditadura militar, quando o governo federal liberou uma série de financiamentos, que seriam os últimos do Banco Nacional de Habitação, extinto em 1986. Conforme o autor:

Após a extinção do BNH (1986) foi significativa a paralisação dos empreendimentos de construção de moradias, com o aumento do tempo de construção (entre a aprovação do projeto e a entrega das casas) e a diminuição da dimensão dos condomínios construídos, o que demonstra que empresas procuram redimensionar a sua atuação quando ficam sem a proteção estatal (SOARES e AMARAL, 1997, p. 57).

Sobre o número de prédios por pavimento, no quadro 12 (p.58) observa-se que do total, 30,53% são empreendimentos com dois pavimentos, entre outros usos, construídos para residência própria (a partir das divisões dos terrenos), como moradia e local de trabalho (verificado principalmente na rua Cristóvão Colombo) e também destinados a aluguel, como por exemplo os conhecidos quitinetes, apartamento pequeno, constituído de um único cômodo, banheiro e cozinha minúscula (BUENO, 2000, p. 645).



Figura 29: Quitinete localizado na rua Padre Feijó (esquerda) e quitinete na rua Rio Branco esquina República (direita). Fonte: Foto do autor.

No trabalho de campo foram identificados 150 edifícios ou condomínios com mais de três pavimentos (Quadro 12, p.57), sendo que a maioria dos prédios está localizada entre as ruas Cristóvão Colombo e Major Carlos Pinto. A cada dia novos empreendimentos surgem, destacam-se os dois maiores (figura 30), ambos com dezesseis pavimentos, o Neo Residencial na rua Cristóvão Colombo entre as ruas Dom Bosco e Tiradentes e o Solar Dona Valéria na Avenida Portugal, 126, mostrando que pode esta em curso um novo período no bairro, caracterizado pela construção de grandes edifícios.



Figura 30: Condomínio Solar Dona Valéria (esquerda) e Condomínio Neo Residencial (direita). Fonte: Foto do autor (2015).

Será uma nova Cidade Nova?

A dinâmica atual aponta para grandes investimentos, e uma valorização do bairro. Nos dois maiores condomínios (figura 30), o apartamento de dois quartos, com 72 m², custa R\$ 4.862,00 o metro quadrado, enquanto de 3 dormitórios, de 94 m², R\$ 5.532,00 o metro quadrado. A tendência de valorização se confirma quando se verifica o valor de apartamentos novos no bairro Brás, na rua Pedro de Sá Freitas, no terreno do antigo Hipódromo Municipal, onde foram construídos grandes empreendimentos como Shopping Center e condomínios residenciais. O valor do metro quadrado nesses novos edifícios esta por volta de R\$ 3.785,00 o metro quadrado, para apartamento de dois dormitórios (45m²)¹⁷.

¹⁷ Informações de Flavio Leoneti Junior, corretor de imóveis, Creci 48913.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do presente estudo foi de entender a formação e as transformações do bairro Cidade Nova, da sua gênese (século XIX) as primeiras décadas do século XXI, utilizando como recorte de análise os tipos de moradias e como se constituíram os agentes de produção do bairro nas suas diferentes fases durante sua trajetória. Para isso foi necessário trilhar o caminho da história do crescimento urbano da cidade do Rio Grande no decorrer do tempo e através de um embasamento teórico, buscou-se identificar as influências e variações ocorridas no bairro visto enquanto uma determinada porção do espaço que se singulariza historicamente e por suas funcionalidades das demais, como uma parcela da cidade inserida no processo de afirmação da urbanização como um processo mundial e nacional.

O Cidade Nova é o bairro mais antigo do Rio Grande, se constituindo como referência para estudos da produção social do espaço urbano do município. Conforme pesquisa de campo realizado junto a Biblioteca Riograndense, no relatório da intendência do ano de 1881, verificou-se que a solicitação de posse das terras além-trincheiras ocorreu no ano de 1878, quando já existia a planta do novo bairro com as quadras e ruas planejadas, bem como a forma como os terrenos seriam ocupados. O relatório do dia sete de janeiro de 1883 mostra que cinquenta quadras haviam sido aforadas para aqueles que ofereceram vantagens em benefícios dos melhoramentos.

Ao analisar a gênese do bairro Cidade Nova percebe-se que o processo de produção desse espaço esta relacionado com a propriedade da terra, que no caso foi concedida a municipalidade pela coroa imperial, o que garantiu ao município poder para articular estratégias de acumulação do capital e produção do espaço urbano, o que aconteceu através de leis e planos de ordenamento territorial que legitimarão o processo, regularizando a expansão urbana e ao mesmo tempo agregando valores as suas terras criando novas oportunidades de acumulação do capital, fortalecidas pela proximidade com outros agentes sociais com interesses comuns que agem de forma articulada com o município. Portanto o Poder Público foi fundamental na produção do bairro, bem como na reprodução dos diferentes agentes sociais que vão surgindo ao longo da constituição desse espaço urbano. Ao planejar a ocupação do bairro reservando o entorno para a instalação das fábricas e

o centro para as moradias e o comércio, atuou de forma decisiva na sua gênese e configuração junto com os proprietários dos meios de produção e os proprietários de terras.

A criação do novo bairro além de aumentar a renda do município, tinha o objetivo de “limpar” a cidade velha, retirando aquilo que fazia mal a saúde pública da classe dominante, assim foram instaladas no novo bairro as fábricas, os curtumes, o depósito de materiais fecais, o hospital de isolamento e os pobres que deveriam ser inquilinos dos proprietários de terras. As primeiras moradias do bairro foram os cortiços, habitações precárias produzidas, na maioria das vezes, com materiais reutilizados dispostos no terreno de forma melhor aproveitar o espaço para abrigar o maior número de pessoas possível. As várias conversas com moradores do bairro indicaram que essas moradias insalubres ficavam no interior de pátios de casa e principalmente nos fundos de estabelecimentos comerciais.

A intervenção do Poder Público Municipal com medidas sanitaristas teve a intensão de terminar com os cortiços, proibindo outras construções desse tipo de moradia em áreas privilegiadas pelo poder público no fornecimento de infraestrutura básica reservada as classes dominantes. Essas medidas estabeleceram uma forma diferenciada de ocupação, que fica evidente ao analisar a tipologia das habitações, assim os cortiços foram sendo substituídos por vilas de casas e casas em fitas, mas isso aconteceu na parte mais valorizada do bairro, ou seja, da rua Cristóvão Colombo até a avenida Major Carlos Pinto. Na outra parte, os cortiços construídos ao longo dos becos continuaram a existir, desta forma o bairro passou apresentar duas realidades reconhecidas e relatadas pelos moradores: uma mais valorizada, com ruas calçadas, casas de alvenaria e aos poucos dotadas de infraestruturas como, por exemplo, esgoto e outra com ruas de areia e casas de madeiras.

Com o surgimento de novos loteamentos, a partir dos anos de 1940 e consequente expansão da cidade, surgiram novos bairros, que ficaram conhecidos como vilas. A carência de habitações produzidas pelos rentistas tradicionais, ocorrido principalmente pela oportunidade de novos investimentos, dá origem à especulação imobiliária e, por conseguinte de transformações no setor que favorecem aos promotores imobiliários e o surgimento de incorporações que vão investir principalmente em condomínios de apartamentos. A viabilização de empreendimentos destinada às classes médias e ricas surge através de recursos provenientes de instituições financeiras, captados por novos instrumentos de

financiamentos imobiliários criados ao longo da década de 1990 com a criação do SFI, que significou a formação de um espaço mais fragmentado e segregado, nesse sentido surgem áreas com melhores condições de vida.

Ao refletir sobre os estudos realizados durante a pesquisa percebemos que o bairro Cidade Nova apresenta em cada momento de sua história as características da organização da sociedade do Rio Grande, o que influenciou na sua estruturação durante o tempo. Assim a cada fase vivida no bairro surgem novas funções e novas formas que representam as transformações do espaço urbano.

Na análise das transformações das moradias do bairro verifica-se que essas não aconteceram de forma linear e homogênea, sendo que esse processo acentuou as desigualdades sociais. Verifica-se ao longo do estudo que a habitação se adapta aos usos e necessidades humanas, sem, no entanto, estender seus benefícios a toda população. A possibilidade de prover habitação para os necessitados serviu para viabilizar a produção, que depois com as construções verticais teve a possibilidade de produzir mais unidades habitacionais por terreno, ou seja, produzir em massa e obter maior lucro com a moradia.

A higienização, a produção em massa e o melhor aproveitamento do terreno, surgiram como soluções para os problemas habitacionais. A modernização urbana significou a exclusão de grande parcela da população dos novos espaços e meios de consumo coletivos, verificado na produção de moradias do bairro Cidade Nova onde os melhoramentos em infraestrutura e a ordenação dos espaços privaram as camadas de menores rendas de participarem do processo, assim essa população começa a migrar para a periferia do município, selecionando os moradores do bairro.

Em suma, os estudos apresentados na pesquisa apontam para uma transformação contínua do bairro Cidade Nova acompanhando sua dinâmica social. Assim podemos dizer que os cortiços, primeiras moradias do bairro, dão lugar as vilas de casas e as casas em fitas. Com os financiamentos imobiliários e a entrada no mercado das incorporadoras os condomínios surgem como novas formas de moradias. A ação dos agentes também se transforma durante o processo que ao se modificar alteram suas funções, assim o Poder Público Municipal que atua na produção do bairro em todas as fases do desenvolvimento como agente e mediador de conflitos. Os proprietários de terras que no primeiro momento são especuladores, com a intervenção do Município, passam a serem investidores, dando condições para que os promotores imobiliários se reproduzam e se transforme em

incorporadores. As atividades de campo proporcionaram reconhecer e entender essa transformação, pois apesar de novas formas e funções as antigas se fazem presentes na paisagem urbana do bairro, pois o surgimento de uma não quer dizer o fim da outra. Assim percebemos o passado e o presente convivendo juntos, ou seja, moradias de madeira, em más condições de uso, vilas de casas antigas, casas em fitas, quitinetes e novos edifícios que com o passar do tempo foram se moldando ainda estão presentes no bairro que continua em processo de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, T.F. Origem e evolução da atividade industrial no município do Rio Grande no contexto econômico do Estado do Rio Grande do Sul: do final do século XIX aos meados da década de 1960. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.
- AZEVEDO, A. Brasil: a terra e o homem. São Paulo: Nacional, v. 2, 1970.
- BLAY, E.A. Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- CAPEL, H. Capitalismo Y Morfologia Urbana em Espana. Realidad Geográfica. Barcelona. Ed. Los Libros de la Frontera. Vol. 04, 1983.
- COPSTEIN, R. Evolução Urbana de Rio Grande. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. N. 122, p. 43-68, 1982.
- CORONA, E. ; LEMOS, C.A.C. Dicionário da arquitetura brasileira. São Paulo: Edart, 1972.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, p. 41-51, 2011.
- DÉAK, C.; SCHIFFER, S. R. O processo de urbanização no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- FERREIRA, A. B. de H. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.
- GEORGE, P. Diccionario Akal de Geografía. Madrid: Akal Ediciones, 2004.
- GIANFALDONI, M.H. e MOROZ, M. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Liber, 2006.
- HOUAISS, A. Dicionário Houaiss de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MARICATO, E. Política Habitacional no Regime Militar. Do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARTINS, J. de S. Aparição do demônio na Fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34, 2008.

MARTINS, S. F. Cidade do Rio Grande: Industrialização e Urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da Furg, 2006.

_____. Realidade e perspectivas para as *friches industrielles* (vazios industriais) da cidade do Rio -Grande - RS. *La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010.*

PEDROSO, T. D. Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande – 1950. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

QUARESMA, P. S. A. Urbe em tempos de varíola: a cidade do Rio Grande (RS) durante a epidemia de 1904-1905. Pelotas, 2012. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em História.

RIBEIRO, L.C.Q. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

SALVATÓRI, E., HAIBIAGA, A.G.P., THORMANN, M. do C. Crescimento Horizontal da Cidade do Rio Grande. Revista Brasileira de Geografia, v51 n. 1, 1989.

SANTOS, M. Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. A urbanização brasileira. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOARES, P. R.; AMARAL, S. M. R. do. Reestruturação do Espaço Urbano: a produção capitalista de moradias em Rio Grande/RS (os condomínios verticais). Boletim Gaúcho de Geografia, v. 22, 1997, p. 53 – 61. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br> (acessado em: 17/03/2014).

SOUZA, M. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 51, nº 2, 1989, p. 139-172. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br> (acessado em: 23/09/2013).

_____. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. - 7ª. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TORRES, L. H. Os muros da cidade antiga: as trincheiras. Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 19, 2006, p. 75-82. Disponível em: <http://www.seer.furg.br> (consultado em: 10/03/2014).

VENTURI, L.A.B. Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

VILLAÇA, F. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Nobel, 2012.

WEBER, M. Conceitos e categorias da cidade. In: SIMMEL, G. et. al. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 73-96.

FONTES DOCUMENTAIS

18ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO. Documentação cedida pela professora Regina Bicca Saraiva, Recursos Humanos da 18ª CRE.

FOTOTECA MUNICIPAL RICARDO GIOVANNINI. Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Jornal Agora, caderno Memórias & História, edição 9720, 31 de agosto de 2010.

Jornal Echo do Sul, 26 de fevereiro de 1902.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Apresentado pelo presidente: João Antonio Lopes, 09 de março de 1871.

RELATORIO DA CAMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Apresentado pelo presidente: Tenente-Corenel José Antonio da Rosa, 08 de janeiro de 1877.

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Apresentado pelo presidente: Tenente Coronel Antônio Chaves Campello, 1879-1887.

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE. Apresentado a Assembléia legislativa Provincial, 1883.

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNCIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE. Apresentado a Assembleia Legislativa Provincial, 1885.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS NEGÓCIOS DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, 1896.

RELATÓRIO DA INTENDENCIA MUNICIPAL. Apresentado ao Conselho Municipal em 01 de setembro de 1910, pelo presidente: Tenete Coronel Dr. Trajano Augusto Lopes.

RELATÓRIO DA INTENDENCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Apresentado pelo presidente: Capitão Dr. Alfredo Soares do Nascimento em 02 de setembro de 1918.

RELATÓRIO DA INTENDENCIA MUNICIPAL. Do presidente: Capitão Dr. Alfredo Soares do Nascimento, apresentado ao seu sucessor João Fernandes Moreira em 28 de julho de 1924.

RELATÓRIO DA INTENDENCIA MUNICIPAL. Estatística de 1925. Apresentado pelo presidente: Engenheiro João Fernandes Moreira, 01 de setembro de 1926.

RELATÓRIO DA INTENDENCIA MUNICIPAL. Apresentado pelo presidente: Engenheiro João Fernandes Moreira, 1926.

RELATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE de 1948.

RELATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE de 1949.

PLANTA DA CIDADE DE RIO GRANDE, 1904.

SITIOS

Google Earth – Disponível em: www.earth.google.com (acessado em: 03/03/2013)

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Disponível em: www.ippuc.org.br (acessado em: 10/10/2013).

Prefeitura Municipal do Rio Grande. Disponível em: www.riogrande.rs.gov (acessado em 23/03/2013).